



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 59

Sessão Ordinária Abril

3.º Reunião em 30/04/2021

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Sónia Patricia Pinto Gomes, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Carlos Alberto Martins Nunes, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, Manuel Vieira dos Santos, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Rita Alexandra Monteiro Batista, David Filipe Ramos Silva e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão, faltaram os Vogais Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Raul Ventura Martins, e o Presidente de Junta de Freguesia, António Augusto Cruz de Aguiar.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, e Filie Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Miguel Moniz Laranjeira Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, Cláudia Maria Pinto Ferreira, pediram escusa.⁰⁰³

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, Miguel António Costa da Silva, e João Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão por Sónia Patricia Pinto Gomes, Daniela Carla Sousa Pinto, Carlos Alberto Martins Nunes, e Manuel Vieira dos Santos.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota dos restantes pontos da “Ordem-do-Dia” constantes da convocatória da sessão ordinária de Abril:

Ponto 4 – Apreciação e votação da revisão da taxa de juro do contrato de empréstimo de assistência financeira do Município de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da adesão à AIC – Academia Internacional de Cerâmica;

Ponto 6 – Apreciação e votação da adesão à Associação Europeia de Festivais / European Festivals Association (EFA);

Ponto 7 - Apreciação e votação protocolo de acordo de colaboração para a construção de uma urbanização em regime de Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH);

Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Por compromissos do município com a conservação da natureza e da biodiversidade;

Ponto 9 - Apreciação e votação das Moções:

a) **Pela inclusão de indicadores de conservação da natureza e da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas;**

b) **Pela proteção dos sapais e pradarias marinhas da Ria de Aveiro e a sua inclusão nos instrumentos de política climática;**

Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Criação de Hortas Urbanas/Comunitárias no Município de Aveiro;

Ponto 11 - Apreciação e votação da Moção: Constatação, Tristeza e Pesar, pelo Passivo do Governo do Partido Socialista em relação às obras que são necessidades prementes em Aveiro e para os Aveirenses — reivindicando a ação urgente e consequente do Governo nos assuntos acima referidos.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 4 – Apreciação e votação da revisão da taxa de juro do contrato de empréstimo de assistência financeira do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Muito obrigado. Boa noite a todos e a todas. De uma forma breve esta é uma oportunidade que nos é dada pela idade do nosso empréstimo (4 anos). Passámos os 4 anos em Janeiro de 21. Esta é uma verdade que nos é dada pela nossa boa prestação na gestão do nosso programa de ajustamento municipal e, obviamente, dada também pelas condições do mercado que propiciam esta redução dos custos da nossa da nossa taxa. A nossa taxa contratualizada para os primeiros 4 anos é fixa nos termos do contrato em 1,75 e, portanto, suscitada perante nós o acionar da cláusula que permite a partir do quarto ano rever essa taxa e considerando que as condições permitem baixar, obviamente, não suscitaria Bush a questão se as condições do mercado, enfim, fossem inversas, obviamente que não suscitaríamos a questão se as condições de mercado fossem inversas, obviamente que não o são e a Direcção do FAM acto imediato nos respondeu afirmativamente a renegociação da taxa.

Nós apresentamos estes 0.95 que obviamente é uma boa notícia neste quadro de que estamos a sair do programa de ajustamento municipal, mas que manteremos o nosso empréstimo com o Fundo de Apoio Municipal. Nós vamos obter esta redução quase para metade na taxa de juro que ainda esta não nos vai permitir uma redução de custos este ano de cerca de 300 mi euros e no próximo ano de cerca dos 500 mil euros.

Projectando nos 16 anos que temos de contratualização do empréstimo, estamos a falar dum valor de juros superiores a 4 milhões de euros. Sabendo obviamente que ao longo do tempo o valor vai diminuindo, porque vamos pagando amortizações. Portanto o montante sobre o qual se aplicam os juros o mesmo vai sendo reduzindo.

Portanto é isto que está que é aprovarmos esta alteração ao nosso contrato, aqui particularmente fácil e óbvio, porque há um ganho financeiro objetivo e, portanto, é com muito gosto que cá trazermos a proposta.

Dar-vos conta que ainda há uma dúvida para esclarecer em definitivo com o fundo que é a matéria do Visto. Ma em princípio, nós vamos poder acionar acto imediato à assinatura da adenda ao contrato, que faremos com o com o Fundo de Apoio Municipal, e dado que já foi anteriormente Visado pelo Tribunal tem de voltar ao Tribunal, mas como é para redução de despesa não tem que ser Visto prévio, pode ser em Visto sucessivo à prática do acto formal. Portanto é esta a questão, mas entretanto estamos à espera que a Direcção do FAM nos confirme e pronto. São aprendizagens porque são os primeiros exercícios que o próprio Fundo está a tratar e está a tentar definir bem quais são as regras.

Mas em princípio não haverá de Visto prévio. Portanto com a assinatura do contrato vamos poder aplicar imediatamente esta redução e, depois, obviamente que o processo tem de ir a Visto, mas sem condicionar a aplicação imediata do contratualizado para que possa ser gerador de uma redução da despesa para a Câmara Municipal. Estarei obviamente ao dispor para as questões que bem entenderem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

"Obrigado Presidente. Boa noite a todos. Na última sessão falou-se muitas vezes de maioridade. E eu gostaria de lembrar que a maioridade não é linear, ou seja, maioridade não é, não é sinónimo de positivismo. Apenas, a maioridade pode também trazer coisas que nós não estamos a contar, percalços pelo caminho. Esta questão vem porque lembro-me das responsabilidades que a Câmara ainda tem de enfrentar. Nós, o PAN, não partilha muito do regozijo nem das celebrações que foram demonstradas na última sessão quase a tender para manifestação pública, enfim.

Nós não conseguimos acompanhar isso dessa forma, porque de facto ainda vislumbramos muita responsabilidade e muito trabalho que há para fazer.

Há muita obra que tem que ser paga. Está cabimentada, obviamente que sim, mas também já vimos obras que, inexplicavelmente terminam com valores que não estavam previstos inicialmente.

E na última sessão fizemos aqui uma retrospectiva ao passado e relembrámos algumas das obras que começaram com um determinado orçamento e que acabaram por ter um agravamento orçamental inexplicável.

Portanto este caminho nós sentimos que ainda não terminou. Que é um caminho que ainda se está a fazer. Há muito de facto para pagar, para regularizar. E nós tendemos a ser prudentes em relação às Contas da Câmara, enquanto este caminho está a ser feito.

Há obra que nós discordamos. Já aqui o manifestámos, não vou recapitular aquilo que dissemos em relação ao Rossio e em relação a outras obras da cidade. Mas também há obras com as quais nós concordamos como sejam as do Parque Escolar.

Mas o que prevemos é que vêm aí tempos de alguma serenidade que temos que ter e de alguma ponderação.

Esta notícia é obviamente positiva. Nós não poderíamos obstaculizar esta decisão e parecem-nos que esta redução de taxa é muito favorável para aquilo que vem a seguir e que é necessário ter a ponderação e a serenidade. Festejamos depois, daqui a algum tempo. Mas isto lembra-nos o compromisso que a Câmara ainda tem com o FAM, mas vai merecer-nos a nossa concordância. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

"Obrigado senhor presidente e Boa noite a todos e a todas aqui presentes. Obviamente que o PCP apoia qualquer redução da taxa de juro, ou qualquer encargo fiscal sobre os aveirenses. Contudo, não podemos deixar passar em branco, como já dissemos em outras ocasiões e até na assembleia da sessão ordinária de Fevereiro, de que atendendo a redução do rácio da relação Recita/Dívida da Câmara para valores abaixo de 1,5 o Saldo dos 52 milhões de euros deveria ter sido utilizado para amortizar a dívida ao FAM.

Com isto teríamos a conseqüente possibilidade de sair do programa de assistência antecipadamente, abrindo hipótese ao alívio da carga fiscal sobre os munícipes. Mas como sempre a maioria PSD/CDS escolheu não os municípios, mas sim a gestão do ciclo eleitoral. Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda mostrou-se contra este empréstimo e este caminho traçado através do FAM e do Plano de Ajustamento Municipal.

Politicamente fomos e somos contra este processo. E o que estamos aqui a discutir é uma parte desse mesmo processo. Apesar de estarmos de acordo de que entramos numa situação menos lesiva para o município e sabendo que foi e é, um processo bastante lesivo para os aveirenses e para as aveirenses.

Fala-se, no concreto, de 250 mil euros que não vão ser gastos em obrigações da dívida só para este ano, serão 500 mil euros no próximo ano e no conjunto dos anos seguintes irão ser 4,8 milhões de euros.

E, portanto, para números concretos que nos apresenta nestes documentos, queremos saber de soluções concretas para essa poupança.

Se num apanhado serão 5,5 milhões onde é que vai ser usada essa poupança com os encargos que não vai ser usado com os encargos com a dívida? 5,5 Milhões servirá para a

remunicipalização dos transportes; 5,5 milhões servirá para construção de habitação pública, seja social seja a custos controlados; servirá para creches públicas ou para apoio social direto em tempo de covid. Que soluções concretas têm para esta poupança?"

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

"Muito obrigado Senhor Presidente. Sobre a questão concreta deste ponto, só para que as pessoas tenham noção. Este ano de 2020 a Câmara Municipal de Aveiro despendeu umas verbas na casa dos 1.4 milhões de euros em pagamentos de juros.

Este pagamento de juros são basicamente de 4 operações. A operação do FAM que é aquela que totaliza 1,2 milhões de euros. Depois tem mais as tais 3 operações que eu referi na última Assembleia Municipal, referente a uma dívida contraída (imaginem) há quase 20 anos atrás!? Foram 3 operações: uma de 10 milhões; uma outra de 7.5 milhões; e mais uma de 7.5 milhões. Isto apenas para transmitir o seguinte. Este feito é um feito que, obviamente, para nós é uma obrigação evidente. Mas é uma obrigação que representa uma coisa que é muito importante. É que para esta Câmara é quase como se assumisse a dívida pública como a sua dívida.

E, portanto, esta Câmara cuida da dívida. E nomeadamente da responsabilidade que a dívida acarreta.

Eu já uma vez o disse, isto na administração pública é notável, porquê? Porque quando se trata da dívida pessoal, essa acompanha-nos até ao final da nossa vida, nós não nos livramos dela e ela vai estar sempre atrás de nós.

Mas quando se fala de dívida pública normalmente ela é feita e contraída em ciclos políticos. E depois a pessoa vai-se embora e quem vier atrás que feche a porta.

E, portanto significa que, se olhássemos para esta redução da dívida com base no capital em dívida à data de 31 de Dezembro de 2020, a redução da taxa de juro de 1,75% para 0.95% representava passar de um encargo de juros de 1,1 milhão de euros para 609 mil milhões de euros. Ou seja, significa uma poupança de 513 milhões de euros só nos juros.

E portanto é uma boa notícia é uma excelente notícia. É claro que o dinheiro vai ser muito bem aplicado, mas essa conversa é para mais tarde.

Portanto, eu, em verdade da razão, não acho que haja aqui a possibilidade de alguém votar contra, ou mesmo de se abster, perante uma notícia desta natureza.

Portanto uma vez mais parabéns à Câmara por ter enviado este pedido à direção do FAM para fazer esta revisão da taxa de juro. Muito obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹¹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

"Bem não vamos aqui discutir sempre a mesma coisa. O Rui Alvarenga veio oito dias atrasado! Fizemos a festa, mas não houve festa na rua nenhuma. Embora fosse bem merecedora. Fazermos uma bela festa, uns foguetes, era bem merecedor. Mas não fizemos. Eventualmente Vexa como andou 8 dias atrasado, durante a semana andou a sonhar com a festa que não fizemos.

Mas quero dizer-lhe que tingimos o final de uma etapa com a nossa decisão, falta agora acabar a formalidade, que é muito importante no nosso caminho.

Está tudo terminado, nem ouviu aqui isso. Esteve cá na reunião tempo, nada está terminado. Terminamos uma etapa bem, com muito sucesso, antecipámos a sua duração, etc.

Vamos continuar. E eu sempre lembro que a Câmara Municipal de Aveiro continua a ter uma dívida muito superior àquilo que deve ter para uma gestão tranquila e sustentável. Portanto Rui não vale a pena estarmos aqui com filmes e a desvirtuar. Olhe seja bem-vindo à festa, mesmo com os oito dias de atraso e vamos lá embora que o caminho continua apenas a debelámos uma etapa. Estamos obviamente bem atentos à etapa que estamos agora para iniciar.

Ao David e a Rita, enfim. Olhem, já falámos sobre isto. Obviamente vamos pôr dinheiro nos transportes, na habitação também. No único sitio onde não vamos pôr é em creches públicas. Como sabe isso não existe no país. O governo anda para aí a dizer que vai haver, mas até agora nada! Zero.

Nós temos uma rede de creches gerida, que é pública, porque ela está ao dispor dos cidadãos, mas é gerida por entidades privadas, por instituições particulares de solidariedade social, e muito bem, está muito bem entregue.

Francisco Picado atrasou-se a inscrever-se e usou depois o expediente do pedido de esclarecimento. Mas eu também respondo não tem problema nenhum (ouvem-se vozes).

Ouçá-me, olhe eu vou deixar de responder se continuar a ser mal-educado! Eu deixo de lhe responder, ok. (continuam a ouvir-se vozes).

O Senhor é continuamente mal-educado está, continua-me a interromper....

Presidente da Mesa: *Vamos evitar os diálogos directos...*

Presidente da Câmara: *Senhor Presidente, eu ouço toda a gente no mais rigoroso silêncio. Ainda estamos a começar a reunião e já está o Senhor Francisco Picado aos pinotes...*

Presidente da Mesa: *Senhor Presidente de Câmara, nós temos uma figura no nosso regimento que são os apartes, são regimentais, que podem ser feitos em todas as assembleias e também nesta. Mas os apartes são, enfim, a actividade parlamentar prevê para animar um bocadinho as sessões.*

Outra coisa bem diferente é agora nós estabelecermos aqui diálogos. Portanto o Senhor Presidente da Câmara está no uso da palavra e como tal não deve ser interrompido. Faz favor.

Presidente da Câmara:

Muito obrigado. Os quatro anos foram cumpridos no dia 23 de Janeiro. E o Presidente do FAM é daquelas pessoas que eu uma vez por semana ou de quinze em quinze dias, temos uma conversa. Aliás as últimas, nos últimos meses, tem muito a ver com a formalidade da cessação do PAM. Também há um outro tema que temos conversado que foi a Auditoria que tivemos da Direcção Geral de Finanças. Sobre isso vamos perguntando um ao outro sobre o relatório final, que ainda não recebemos. E portanto nessas conversas é que eu lhe suscitei a questão, e ele disse-me, estamos a ver como é que isso se faz. Mas aguarde por uma indicação.

Eu perguntei se haveria algum formulário e ele disse para mim, Sr. Presidente mande um mail. E portanto assim foi. São situações novas. Eu neste momento não sei quantas Câmaras Municipais pediram o acionamento disto. Aquilo que ele me disse foi que do universo das que faziam os ditos quatro anos no primeiro trimestre deste ano eram seis. E portanto em princípio todas iriam usar.

Só há uma Câmara que se despistou no PAM que é Vila Real de Santo António, que além do mais se despistou de tal ordem que lhe anularam o anterior PAM e fizeram ou novo PAM. Todas as outras Câmaras têm estado a cumprir.

Mas isso se já formalizaram ou não, eu não sei. Mas obviamente que uma oportunidade destas toda a gente vai utilizar como é óbvio. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁴ o Ponto 4 – Apreciação e votação da revisão da taxa de juro do contrato de empréstimo de assistência financeira do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD15+CDS6+PS9+PCP1+PAN1), duas abstenções (BE2), e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal David Silva (PCP):

"Senhor Presidente, eu gostaria de deixar a minha intervenção como declaração de voto."

Vogal Rita Batista (BE):⁰¹⁵

"Senhor Presidente o Bloco de Esquerda abstêm-se nesta votação, não pela redução da taxa de juro em si, mas pelo que ela representa. Foi a adesão a um sistema de dívida que nós fomos contra, que nós recordamos. E que, em todo este caminho, afirmámos que poderia ter sido de outra forma por ser muito lesivo para Aveiro. E dentro desta questão o Bloco de Esquerda perante esta poupança, não foram prestados os esclarecimentos suficientes por parte do Senhor Presidente da Câmara."

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração⁰¹⁶ do Plenário poder-se discutir em conjunto o ponto 5 e 6, uma vez que são ambas propostas de adesão da CMA a entidades externas similares, fazendo-se depois a votação em separado. Não se verificou qualquer oposição.

Ponto 5 – Apreciação e votação da adesão à AIC – Academia Internacional de Cerâmica.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

Ponto 6 – Apreciação e votação da adesão à Associação Europeia de Festivais / European Festivals Association (EFA).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 15/04/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação de ambos os pontos da ordem-do-dia, em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

"Senhor Presidente muito obrigado. De uma forma muito breve. A associação à Academia Internacional de Cerâmica, é uma Associação mundial de grande importância, na sua esmagadora maioria os seus membros são-no a título individual, são pessoas, são indivíduos. Neste caso nós fomos convidados pelo nosso Comissário da Bienal de Cerâmica de 2019. Depois houve um conjunto de interações, este processo foi coordenado pelo Vereador Miguel Capão Filipe e entendemos muito útil para nós usarmos também esse meio

para dar mais pressão ainda na nossa Bienal que ano após ano vem ganhando mais importância, e maior participação de artistas e de nacionalidades do mundo inteiro. E portanto é mais um veículo para enriquecer a nossa experiência e nosso conhecimento como é evidente. Mas é um veículo importante para darmos expressão àquilo que somos na área da Cerâmica.

Daqui o foco ir para a nossa Bienal artística que obviamente é uma organização de grande importância, com 30 anos de vida e de vida de excelência. E com esse trabalho de crescimento que para nós é obviamente muito, muito importante.

E, portanto, é uma boa oportunidade que nos foi dada por convite e que obviamente a queremos abraçar para termos uma participação que nos seja útil nessa dupla perspetiva do nosso enriquecimento, do nosso ganho de causa e, obviamente, de nos darmos a conhecer nós próprios mais. Repito, com o foco centrado na nossa bienal artística de cerâmica.

A Associação Europeia de Festivais. Aqui tem mais a ver com o nosso trabalho. Obviamente a primeira também é contributiva como é lógico, mas esta segunda tem mais a ver com o nosso aprofundamento das redes europeias no quadro da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura. O nosso festival chave que motiva a entrada para esta Associação é o Festival dos Canais. Muito Acompanhado pelo CRIATECH e pelo PRISMA, porquê?

Porque desde o início lhes demos uma dimensão europeia. Portanto, na sua programação, enfim vocês foram acompanhando, fomos tendo sempre nos três eventos, relembro que o CRIATECH e o PRISMA no ART LIGHT TECH se têm vindo a fundir com o TECHDAYS. E criámos a marca AVEIRO TECHWEEK, que teve a sua primeira edição nesse formato em 2019 e, portanto, vamos continuar esse tipo de processo.

Mas em qualquer uma das edições tivemos essa opção de termos produções e produtores de países europeus. Tivemos já a França, Alemanha, República Checa, Inglaterra, portanto é um passo importante naquilo que nós colocamos na promoção dos nossos festivais.

A lógica da Associação e que entram Festivais, não entram entidades, porque na regra europeia os Festivais têm personalidade jurídica. Nós em Portugal não usamos isso. Portanto é alguma entidade, neste caso uma entidade pública que é a titular, a organizadora, a gestora, de um festival.

Portanto é neste quadro e da importância do nosso ganho de causa, de experiências, porque aprofundámos a nossa rede, de contactos a esta escala e obviamente o recíproco, como dizia em relação à Academia Internacional de Cerâmica, usarmos estes canais para obviamente nos promovermos e aqui também temos este objetivo muito claro de aprofundámos a nossa rede de contactos no quadro do crescimento da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027.

Portanto são estas duas propostas que trazemos com este sentido muito objetivo, neste crescimento que estamos a fazer da nossa programação cultural, das nossas redes culturais, de dimensão europeia e mundial, em áreas onde seguramente o nosso município vai continuar a crescer na quantidade e na qualidade daquilo que faz. E para cumprir esse objectivo nós entendemos estas duas participações como muito importantes. Estarei obviamente ao vosso dispor para alguma questão que queiram colocar. Muito obrigado.

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. A intervenção que vamos fazer é na verdade sobre aquilo que tem sido a estratégia global da Câmara Municipal sobre estas questões da Cultura e da candidatura a Capital Europeia da Cultura.

Como sabe Senhor Presidente, nós consideramos que a estratégia que tem sido seguida pela Câmara Municipal no que à Cultura concerne, nós considerou que é uma estratégia errada. Nós consideramos que estamos a perder potencialmente uma oportunidade, que não vamos ter certamente no futuro, e estamos a colocar um montante bastante avultado de investimento, na compra de megaeventos. Estamos a despejar dinheiro público em megaeventos que, tem obviamente o seu o mérito de serem abertos a toda a população e nós reconhecemos isso, mas nós consideramos que as prioridades do investimento na Cultura deviam estar na capacitação de agentes locais, na capacitação e requalificação de infraestruturas do concelho para a produção futura de Cultura.

Porque parece-nos um objetivo bastante curto que a este processo, este caminho que estamos a fazer, para o objetivo que certamente todos nós aqui todas as forças sociais em Aveiro e agentes culturais também estão empenhados em fazê-lo de tornar Aveiro a Capital Europeia da Cultura em 2027, seria muito curto se esta oportunidade fosse gasta para adicionar uma linha no currículo de um autarca.

E que este investimento que está a ser feito e que há-de vir, tem que ser do nosso ponto de vista, usado para transformar aquilo que é o tecido dos produtores culturais no concelho — e nós não estamos a ver isso. Não estamos a ver uma política que faça essa aposta e essa qualificação. Porque é verdade que a Cultura e nós defendemos esse ponto de vista, que a Cultura é um direito, e que o acesso à Cultura tem que ser um objetivo que nos deve mobilizar, mas o acesso à Cultura não é apenas da perspetiva do consumo, não é apenas da perspetiva de os cidadãos e cidadãs terem acesso a usufruir de um espetáculo seja ele qual for. É também o acesso à produção dessa Cultura. E isso, esse investimento, não está a ser feito.

E, portanto, nós temos grandes reservas e preocupações com aquilo que tem sido o caminho que está a ser percorrido, mas obviamente que também defendemos esta ideia, deste projeto intenções, de Aveiro ser Capital Europeia da Cultura, mas consideramos que o caminho que está a ser feito é um caminho errado e defendemos uma alternativa. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Relativamente a estes dois pontos em discussão, primeiro dizer que é importante a adesão à Academia Internacional de Cerâmica, como mais uma forma de reforçar o cluster da cerâmica na nossa zona. Tem todas as vertentes, a parte cultural a parte industrial, seja na cerâmica de construção, seja na cerâmica para uso doméstico. E a parte artística é também uma parte muito importante. Acho que este deve ser um objectivo que nos deve unir a todos para reforçar o cluster da cerâmica. Infelizmente a parte tecnológica foi enviada mais para sul, para Coimbra, e não será muito fácil voltar para Aveiro, que é onde devia estar. Mas acho que este objectivo pode sempre motivar-nos a fazer outras coisas pela cerâmica. E portanto é bom que Aveiro esteja nestas organizações internacionais pela divulgação faz. Por aquilo que nós também podemos receber dos outros participantes, e também porque todas estas organizações também fazem eventos, também são pessoas que nos podem vir visitar e acho que essa parte do Turismo de Congressos que está parada, ao retomar também temos de agarrá-la com força, porque também é muito importante para o negócio do turismo e todos os negócios que gravitam à volta do turismo.

Da mesma maneira a Associação Europeia de Festivais. Nós temos um Festival que é importante — há quem não goste e gostaria de ter outro tipo de eventos, mas isto o gosto é de cada um. Há pessoas que tem um gosto diferente do meu e eu respeito e aceito. Mas só para lembrar quando se fala na produção, nós em Aveiro temos se calhar uma das maiores produtoras de espetáculos do país. Que representa alguns dos grandes artistas de Portugal.

Está em Lisboa, pois é o normal. Mas está também em Aveiro. E portanto acho que nas várias vertentes da cultura haverá de tudo e para todos os gostos. E tudo e todos os gostos acharão que são sempre insuficientes para aquilo de que gostam. Mas enfim. É impossível satisfazer todos. Disse."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²¹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

"Muito obrigado Senhor Presidente. Só para dar uma indicação. Eu acho que os custos destas inscrições são até demasiados baixos para os custos que podem trazer, quer na promoção deste cluster da Cerâmica na nossa região e obviamente, no caso dos Festivais, na European Festivals Association, claramente na promoção dos festivais que têm decorrido em Aveiro de há uns tempos para cá.

Apenas dizer que eu acho que isto é importante na linha de uma estratégia que está a ser montada e implementada pela Câmara Municipal, no seio da candidatura a Aveiro Capital Europeia da Cultura de 2027. E obviamente isto é um caminho que se vai fazendo. Até como na expressão que o Presidente gosta muito de usar de Eduardo Lourenço "mais importante que o destino é a viagem". Isto faz parte dessa viagem, ok.

Uma nota curiosa. É que não é só Aveiro que está a concorrer a Capital Europeia da Cultura. Se tiveram curiosidade de ir ver os sites de Internet quer da AIC quer da EFA, há uma curiosidade. No caso da AIC das entidades ou membros que fazem parte, estamos a falar de quatro pessoas particulares e três organismos ou instituições. Aveiro vai ser a próxima. No caso da EFA se fizerem uma pesquisa de quantos festivais existem em Portugal e que estão nesta rede aparecem sete.

Dos sete festivais, três são de Aveiro. É o PRISMA, o CRIATECH e o Festival dos Canais.

E portanto eu acho que isto é a marca de que Aveiro tem uma estratégia que está a seguir à risca para termos uma candidatura vencedora a Capital Europeia da Cultura em 2027. E isto obviamente é positivo."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰²⁴ à votação o Ponto 5 – Apreciação e votação da adesão à AIC – Academia Internacional de Cerâmica, sendo a proposta aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Continuando o Presidente da Mesa colocou⁰²⁵ à votação o Ponto 6 – Apreciação e votação da adesão à Associação Europeia de Festivais / European Festivals Association (EFA), sendo a proposta aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Declaração de voto:

Vogal Rui Alvarenga (PAN):⁰²⁶

"Obrigado Senhor Presidente. O PAN vota a favor, mesmo não sendo estas duas propostas algo que defina a Cultura ou a política cultural do município, são duas propostas que acrescentam. E acrescentando tem obviamente a anuência do PAN.

Ponto 7 - Apreciação e votação protocolo de acordo de colaboração para a construção de uma urbanização em regime de Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH).

Este ponto da ordem-do-dia foi retirado pelo Presidente da Mesa.

Continuando o Presidente informou o plenário⁰²⁷ que os pontos 8 e 9 da ordem do dia seriam apresentados pelo proponente em conjunto e depois votados em separado.

Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Por compromissos do município com a conservação da natureza e da biodiversidade;

Ponto 9 - Apreciação e votação das Moções:

- a) **Pela inclusão de indicadores de conservação da natureza e da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas;**
- b) **Pela proteção dos sapais e pradarias marinhas da Ria de Aveiro e a sua inclusão nos instrumentos de política climática;**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴³ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação e das Moções.

Vogal João Moniz (BE)⁰²⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. As propostas que nós trazemos aqui visam a valorização da Ria de Aveiro enquanto Ecossistema que é da maior importância para a luta que nós temos que fazer, luta urgente, contra alterações climáticas.

A Recomendação em específico visa, como é mais que conhecido, o processo de co-gestão que a Câmara tem agora com várias entidades para a gestão da Reserva das Dunas de São Jacinto. Isto é sucedâneo do processo geral de descentralização e as posições também sobre esse processo de descentralização também já são conhecidas. Consideramos que este processo é uma desresponsabilização do Estado Central em várias áreas de ação que são absolutamente essenciais.

Este processo coloca em causa os serviços, a provisão de vários serviços públicos, nomeadamente a Educação e Saúde, que são serviços públicos absolutamente fundamentais, são direitos constitucionalmente garantidos e, portanto, consideramos que o processo de descentralização, na verdade, vai contribuir para o agravamento das assimetrias territoriais, paradoxalmente. E dizer que este processo de co-gestão está inserido nesse enquadramento.

Na Assembleia da República o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta que visava a alteração dos critérios que orientam estes contratos de co-gestão. Com o objectivo que fossem incluídos critérios de Proteção Ambiental, de Conservação da Natureza. E a recomendação que nós trazemos aqui é transpor o espírito dessa proposta para o âmbito municipal.

As Dunas de São Jacinto são demasiado importantes para a conservação da natureza, para

O combate que nós temos que fazer às alterações climáticas. Estamos a falar de uma zona que é um sumidouro de carbono e, portanto, a proteção desta área é absolutamente fundamental.

E, portanto, a proposta de recomendação que nós trazemos é uma recomendação que visa que a Câmara Municipal enquanto líder da co-gestão, na reserva das dunas de São Jacinto inclua critérios de proteção ambiental na sua gestão.

Porque como se sabe, a Portaria que define os critérios de co-gestão, não inclui um único critério de conservação da natureza nem de proteção ambiental. Inclui critérios de natureza turística e que basicamente visam a criação de receita para os municípios. Obviamente, nós não acompanhamos essa visão.

A Moção que nós apresentamos aqui também sobre a Ria de Aveiro, enquanto ecossistema absolutamente fundamental na defesa do Ambiente, na sua função de sumidouro de carbono, vem precisamente dar uma resposta e uma afirmação da Ria de Aveiro, que é um património importantíssimo, todos nós reconhecemos o valor inestimável da Ria de Aveiro, não só do ponto de vista ambiental, como como nós já dissemos aqui, mas também do ponto de vista patrimonial e até do ponto de vista identitário para as gentes da nossa região.

E, portanto, os senhores deputados e as senhoras deputadas, certamente já leram as três propostas que nós apresentámos e, portanto, estamos também disponíveis para prestar qualquer esclarecimento que seja fundamentado. Obrigada."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

"Obrigado senhor Presidente. Em relação à primeira proposta nós, embora existam algumas variações daquilo que nós pensamos, a grande preocupação que lá está consignada parece-nos convergente. Portanto em princípio essa proposta nós vamos acompanhar com a ressalva de que se fosse o PAN redigiria de forma diferente. Mas enfim, aquilo que há ali de fundamental, nós acompanha-mos.

Na segunda proposta temos alguma dificuldade em destrinçar o propósito. O propósito está muito assente naquilo que é trabalho da Assembleia da República.

Nós também temos tido esse debate com o governo e continuamos a tê-lo e fazemo-lo quase diariamente. E parece-me que não deve ter aqui essa amplitude ao nível da intervenção e ao nível do trabalho que se poderia fazer em relação a todos estes temas. Portanto eu tenho alguma dificuldade, assim de uma forma taxativa e estou tentado a abster-me porque não compreendo muito bem a amplitude da resposta e a forma de tornarem isto aqui executável. Até porque depois remetemos a questão da Câmara Municipal que fica aqui debatida e remete para o Ministério do Ambiente.

Enfim, tenho dificuldade em perceber como é que poderiam tornar produtiva esta segunda proposta. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

"Obrigado Senhor Presidente. O PCP acompanha os 3 pontos apresentados pelo Bloco. Partilhamos das mesmas preocupações. Com tudo mais do que os critérios a questão base reside neste modelo de gestão. Neste caso co-gestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, que o PCP não aprova de todo desde o início em que foi discutido na Assembleia da República.

Porque traduz-se de forma inequívoca, na desresponsabilização do Estado, repercutindo num claro incentivo à mercantilização da natureza e dos recursos naturais menosprezando

os seus serviços ecológicos e o acesso universal das populações a esse património que deve ser bem comum.

Além de que, esta comissão de co-gestão foi constituída sem auscultar as preocupações e anseios da população de São Jacinto, que é a que melhor conhece a reserva natural e o seu território. Recordamos aqui o artigo nono da Constituição, alínea e) "é através do Estado que cabe a tarefa fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do Território".

Neste sentido, o PCP propôs na Assembleia da República que a cada área protegida de âmbito nacional, deve corresponder uma unidade orgânica, de direção intermédia, da administração central, dotada de meios humanos e técnicos. Num país onde as questões referentes ao ordenamento do território e conservação da natureza têm sido relegadas para segundo plano devido a uma visão imediatista, focada nas questões económicas, as áreas protegidas são fundamentais para a conservação dos valores e serviços ambientais, bem como fazer face à erosão costeira e à perda de biodiversidade autóctone, motivada pelos impactos das alterações climáticas na região de Aveiro e a proliferação de espécies invasoras.

Neste sentido, um programa de Educação Ambiental gratuito e universal para as comunidades educativas da região e populações é fundamental, para a manutenção e exploração pedagógica e científica desta rica infraestrutura verde.

Os valores e serviços ambientais imprescindíveis da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto poderão ser renegados se o caminho fora direcionado para um turismo de massas, atendendo à própria composição empresarial desta comissão com as suas nuances de empresas de animação turística, proprietários e operadores florestais. Factores que poderão colocar em risco a preservação dos habitats das espécies autóctones e endémicas. Além do risco de exceder a carga crítica e regenerativa destas áreas sensíveis que são essenciais para a preservação da linha de costa e, conseqüentemente, do próprio sistema húmido lagunar do Baixo Vouga. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. De forma breve. Nós, obviamente, que achamos que estas áreas devem ser geridas em proximidade e não através de telecommando, que é o que se tem passado. Umhas pessoas nuns gabinetes em Coimbra ou Lisboa, que nem sabem onde fica São Jacinto e tomam decisões sobre São Jacinto e a sua área.

Mas há quem ache que isto deve estar tudo centralizado, de preferência num só edifício, com uma só pessoa, aliás como alguns que têm o mesmo candidato para a câmara e para presidente da república, tudo deve ser feito por uma só pessoa. E deve ser mais ou menos esse exemplo que nos querem trazer aqui.

Por outro lado, propostas que vêm falar de "é preciso os indicadores, índices, isto e aquilo" não sabem mesmo nada da matéria. Digam quais? Se sabem mesmo da matéria que estão a aqui a propor, apresentavam uma proposta concreta. Não deve haver mais de não sei quantos por cento de árvores da espécie tal, não deve haver outra coisa qualquer. Mas eu não sei. Mas virem aqui dizer que deve fazer uns índices parece-me que é apenas para ocupar espaço e não trazer nada de novo ao debate.

Relativamente depois ao ponto 9 o Casimiro Calafate fará a intervenção porque isto deve ser falado por quem sabe e eu confesso honestamente que desses assuntos não sei. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

"Boa noite Senhor Presidente, membros da Mesa, membros da Câmara, Membros desta Assembleia. A proposta que é o que vem no fundo aqui, de suplementar a Portaria com indicadores de realização e monitorização ambiental, penso que é suscitada por uma posição eu diria de precaução, em princípio de precaução.

Mas que é também no nosso entender um princípio de centralismo e um certo paternalismo em relação à coisa. Mais, quem leu o Decreto-lei. 116/2019, ele é sobejamente enfeitado de indicadores, com os indicadores que devem ser evocados em termos de desempenho ambiental, fazendo inclusivamente uma coisa que está por fazer nesta área, que é a junção dos indicadores que estão dispersos numa série de partes da Administração, inclusivamente de instituições de ensino e de investigação que participam nisto.

E, por isso, a ideia de que a Portaria vem abrir porta a mercantilização não colhe, porque a menos que nós façamos má-fé sobre o que está em causa no espírito da Portaria, que ainda por cima chama indicadores mínimos de realização e que, obviamente, a mim custa-me quando olho para alguns, nomeadamente quando se diz "suscita a realização de acções" que tem que ser classificadas em termos de desempenho ambiental, em termos de inovação, de formação, de atividades e produtos. Eu não acredito que em termos de avaliação isto, ou quem está a avaliar os resultados não seja capaz de ver que inovação e fazer diferente e fazer o que nunca foi feito.

E, por isso é que me custa muito passar pura e simplesmente um atestado de incompetência, quanto mais não seja aos serviços que regulam e que verificam quem faz as realizações.

Mas dito isto, parece-nos também a nós, que o exercício de densificar aquela proposta era uma alternativa ou era um compromisso, que nós queremos que podia ser usado quer para a estratégia de marketing territorial que a Câmara tanto fala, no sentido de promover maior consciência coletiva sobre onde é que queremos chegar, qual é a visibilidade que queremos promover relativamente à estrutura de co-gestão, quais são as nossas possibilidades de progresso. E, por isso, não vejo, que isto não possa ser uma boa recomendação.

Nesse sentido vamos abster-nos relativamente à proposta. Tal como também consideramos e temos alguma dificuldade em alinhar nos pontos, tal como está escrita, nas alíneas a) e b) do ponto 9.

Nós temos 45 anos de municipalismo. E andamos à procura de descentralização e de afirmação de competências descentralizadas. E a mim, custa-me muito, sempre, o ponto de partida ser de má-fé, embora compreenda as reservas, eu próprio tenho muitas reservas sobre a forma como algumas destas questões estão a ser geridas, o foram geridas. Mas tenho um princípio que é, nós temos que acreditar que os agentes têm funções que lhes são cometidas e têm que ser feitas acreditando na sua competência, não na sua má-fé.

Porque o princípio de que a lei começa por ser preventiva e a acreditar que tudo vai ser mal feito é complicado. E há outra coisa ainda. E essa é que me faz confusão. Que é a gestão dos sítios (sítio, sítio), é uma coisa que se faz por proximidade, por contexto, por análise de contexto, sobretudo tendo em muita consideração quais são os interesses locais e quais são as estruturas locais e regionais de governação. E, por isso, olhando para as propostas, eu penso que todas as coisas que lá estão são recomendações úteis, sobretudo para chamar a atenção, mas não passa pela cabeça mandar isto para o Ministério do Ambiente, para que eles nos digam como é que podemos gerir a Ria de Aveiro, ou os sapais, enfim, não me parece.

É como eu digo, é uma chamada de atenção, tudo bem. De resto, todo o conhecimento acumulado aqui entre parceiros na estrutura de co-gestão da Ria, na Universidade, etc, etc não me parece que seja o princípio.

E, por isso, a nossa posição é de me manter uma posição de reserva. De não apoiar, para não criar obstáculos, no sentido de que nós consideramos que há lá material que deve ser, deve merecer, a atenção de quem é responsável, mas com todas estas ressalvas. Disse."

(Entretanto saiu da sala o Vogal Pedro Pires da Rosa)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

"Obrigado Presidente, saudar a Mesa, senhores deputados e quem nos está a ver neste momento.

Estes pontos que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, para quem é de Aveiro, para quem é do Baixo Vouga, para quem é da Ria, são extremamente importantes. Sobretudo para quem ao longo de setenta anos anda por lá. O que viu antes e o que vê hoje. E muitas vezes me interrogo onde é que estão os aveirenses que não zelaram pelo seu património!?

Quem conheceu a Ria noutros tempos, quem conheceu o Baixo Vouga, e por exemplo se vem falar relativamente a esta descentralização que a Câmara fez com o Ministério do Ambiente relativamente a São Jacinto, mas agora para bem do turismo, pergunto: meus amigos então não estão a lançar o concurso para reabilitação da Casa Abrigo para Turismo? Será para lá porem pássaros? Reserva de São Jacinto é importantíssima, mas com certeza que as pessoas que melhor sabem, querem, e conseguem fazê-lo, são os naturais de São Jacinto e as pessoas de Aveiro. Pela razão simples que somos nós em primeiro lugar que queremos usufruir daquele espaço como não temos feito infelizmente há muito tempo.

Portanto esta descentralização é boa. Como boa foi a descentralização da Cultura com a participação da Câmara nos Museus.

E portanto relativamente a São Jacinto acho que vai ser igual. Bem demonstrar a Lisboa que não sabem onde fica São Jacinto, querem preservá-lo e melhorá-lo e, portanto, quero saudar a aposta da Câmara em propor essa co-gestão ao Ministério do Ambiente.

Relativamente à Ria de Aveiro, como já disse, ando lá há setenta anos, e digo-vos que qualquer ambientalista devia ter vergonha, vergonha, do que se está a passar na Ria de Aveiro e no Baixo Vouga ao longo dos últimos 70 anos.

Eu posso dizer-vos que nas zonas da "longa" produzia-se arroz longa (para quem não sabe, fica do lado de Aveiro em frente ao bico da Murtosa) produzia-se arroz na década de 50.

Pessoas houveram que tiveram que sair do Baixo Vouga e que produziam arroz naquela zona para comer e tiveram que sair.

Passaram fome por causa disso. Isso aconteceu desde que se iniciaram as primeiras obras do Porto de Aveiro.

E quando hoje se fala "ai o sapal é um sorvedouro de carbono" Então agora é que se lembraram disso? Há quantos anos andamos nós, gentes da Ria e do Baixo Vouga a reclamar que quando fazem obras no Porto de Aveiro ou desassoreamentos, devem olhar à volta. Inteligentes eram em 1808, quando se abriu a Barra, criou-se uma Entidade para monitorizar as suas consequências. E ela existiu e fez trabalho. Até que apareceu um senhor, o ultimo Director do Porto de Aveiro, que tinha sensibilidade para isso, que foi o Eng. Lauro Marques. E as pessoas do Baixo Vouga devem-lhe muito. Porque ele percebeu os prejuízos que o desenvolvimento do Porto de Aveiro criou à Ria. Hoje vocês falam muito em pradarias. Passem pelos canais da Ria e vejam as pradarias a desmoronarem-se junto aos canais. E porquê? Por dois factores. Aumento brutal de cota de água salgada, com a ajuda do trânsito fluvial de barcos de recreio que não é à vela.

Quem conhece e sabe, vê que as pradarias da Ria são constituídas por sedimentos que foram concentradas por centenas de anos e são facilmente diluídos com a movimentação da água.

Portanto esta questão da degradação ambiental do Baixo Vouga e da Ria, é bom que se diga, eu aqui há tempos levantei o problema relativamente ao desassoreamento dos Canais em que disse, o desassoreamento dos Canais vai ter de ser feito regularmente. Porquê? Já aqui o disse: estamos a falar de um território sedimentar em que a velocidade da água devido à amplitude de marés que existe pelo aprofundamento da Barra, irá puxar de novo os sedimentos para as zonas agora desassoreadas.

Só mesmo quem não percebe ou não quer perceber. Nós em Aveiro defendemos há muito tempo, desde a Associação de Municípios da Ria, que o que foi feito agora para São Jacinto, seja feito para toda a Ria de Aveiro.

Criar um órgão de gestão da Ria que esteja em Aveiro. Porque como já se disse os que estão em Lisboa não conhecem isto.

Aliás nem é só em Lisboa. Já se viu (o senhor Presidente já há uns tempos disse) que em Coimbra não sabiam que existem umas eclusas aqui!?

Portanto é importante sim senhor que se pegue nisto a sério. Querem manter os sapais? Ótimo. Querem manter as pradarias? Ótimo. Querem manter o Baixo Vouga Lagunar? Ótimo. Mas vão às causas

Não me venham cá com a história do climático porque isto já começa desde 1950. O problema actual é consequência do homem que não geriu a entrada da Barra. Portanto falem mas venham ao fundo da questão. Vão à Murtoza. Falem com as pessoas da Murtoza. Falem com as pessoas da Ria e do Baixo Vouga para ficarem a saber o que é que é preciso fazer para defender a Ria de Aveiro, os sapais, a vegetação, a Fauna, a Flora.

Mas há algum movimento ambientalista até hoje se preocupou, ou alguma vez se preocupou, com os quase 200 hectares na zona de Vilarinho e estão completamente destruídas, numa zona que parte dela era forragem e outra parte era produção de arroz? Vão lá ver o que lá está na margem direita do Rio Novo do Príncipe. Alguém se preocupou aqui? Olhem sejam honestos, vão ao terreno, vejam porque é que aquilo que lá está aconteceu e depois debatam-se por aquilo que deve ser, que é a defesa da Ria e a defesa do Baixo Vouga. Obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

"Boa noite a todos. Senhor Presidente vou ser breve. Quanto à co-gestão das Dunas Naturais de São Jacinto elas estão bem entregues. Mas não era sobre isso que eu queria falar. Eu queria deixar um assunto ao Senhor Presidente.

Nesta delegação de competências e descentralização, foi feito um acordo entre o grupo de gestão que o Ministério na delegação de competências. Acordo que tinha indicadores escritos por parte do Governo e que esta Comissão aceitou e que foram outorgados por pessoas de bem por ambas as partes. Gostava de saber Senhor Presidente se a alteração destes indicadores não poderia gerar uma desconfiança entre os outorgantes. Num acordo que tem pouco tempo de vida."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[037](#)

"Bom, eu apenas quero dar um contributo em termos de informação. Aliás, aquilo que eu tinha pensado está também incluída a resposta ao Manuel Prior. Dar-vos conta que o processo da co-gestão está a correr muito bem. Nós estamos a iniciar formalmente, mas já começámos a trabalhar em equipa com o ICNF desde meados do ano passado. Agora é que começámos formalmente. Há um erro de conceito que é importante clarificar ou corrigir. A co-gestão não substitui em nada, tudo aquilo que são as obrigações, o quadro legal, o planeamento formal que está feito do departamento do Estado, dono e gestor desta Reserva

que é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Portanto o que a co-gestão vai fazer é complementar um reforço institucional, para um conjunto de áreas específicas da gestão, capacitando-as. E, portanto, nós tivemos muito gosto de acordar. As propostas foram todas da Câmara, mas todas concertadas com a anterior Diretora Regional, professora Teresa Fidélis, e confirmadas com a atual Diretora Eng.^a Fátima Reis. E obviamente que é muito útil a participação da APECAR, do RAIZ, a participação daquela que é conhecida como uma das melhores Associação de produtores florestais do país, que é a nossa, da nossa Universidade de Aveiro, mas aí é por inerência de condição. Qual era a Universidade que iríamos escolher, a nossa claro!

A nossa primeira reunião foi muito expressiva e continuam a decorrer as reuniões técnicas, no nosso caso tem como representante a Vereadora Rita Carvalho, neste sentido construtivo e positivo. E portanto, sabemos que há quente que é contra a co-gestão e a descentralização. Obviamente sabemos bem das posições do PCP porque são claras.

Mas dizer-vos isto, nós gostamos da co-gestão. O Partido Socialista abstêm-se, pronto. Nós achamos que é uma boa aposta do Governo. Estamos muito empenhados e, sinceramente, tenho profunda convicção que a Reserva vai ganhar, as populações locais vão ganhar, os utilizadores vão ganhar, e vamos conquistar muito mais visitantes. A nossa reserva caiu para níveis de visitação absurdamente baixo. Queremos recuperar, como é lógico, queremos crescer em número de visitantes e, portanto, dar-vos este testemunho.

Estamos no bom caminho, muito empenhados neste primeiro ano da co-gestão que além do mais estamos a fazer o próprio plano da co-gestão que é uma peça importantíssima para o desenvolvimento do processo. E, portanto, é neste caminho que estamos.

E a estrutura regulamentar que existe chega e sobra, chega e sobra. Não é preciso estarmos a dizer que a Portaria não sei do quê serve. Eu pessoalmente nem necessitava de Portaria nenhuma. Mas pronto quiseram fazer uma Portaria para definir um conjunto de critérios. Muito bem, com certeza, respeitaremos o quadro legal, mas não precisava nada disso para se cuidar da biodiversidade. Eu recomendava era a todos, nomeadamente para aqueles que há muito tempo não vão lá, para que possam ter uma noção do estado de degradação a que Reserva chegou. É chocante.

E estes proponentes, aliás este texto das propostas denota muita ignorância. Porque é chocante o contexto arbóreo descuidado, é chocante a extensão da invasora acácia, é chocante, numa coisa que nós queremos muito reabilitar, que vai ser caro, mas vamos meter mão à obra, o parque de reabilitação de aves, o parque de voo, uma coisa fantástica e está tudo destruído. Olhem é mau demais. O passadiço que leva da duna até à praia coitado do passadiço no estado em que ele está.

Ouçam, deixem lá as Portarias e vamos mas é trabalhar e vamos encontrar financiamento nos parceiros, no fundo ambiental, no POSEUR, enfim nas várias fontes que possam ser possíveis à partida.

Em relação à RIA. Agradecendo muito o testemunho do Casimiro Calafate, dizer-vos que há trabalho feito, mas há muito ainda para fazer. A Entidade principal na Ria não é o ICNF. Têm aqui um erro de leitura institucional. Neste caso é a Agencia Portuguesa do Ambiente. Essa é que é a entidade gestora da Ria. A gestão da Ria está entregue à Agência Portuguesa do Ambiente não é ao ICNF.

Há condicionantes na Ria que estão dependentes do ICNF? Sim. Como muitas outras entidades têm. Mas a Entidade chave é a Agência Portuguesa do Ambiente.

Quero dar-vos nota que nós estamos a adjudicar a Revisão do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro.

Nós somos a única NUTIII que tem um Plano de Ordenamento formalmente em entendemos que como Plano já está ultrapassado em mais de uma dúzia de anos, e fizemos um concurso, aquilo que é normal, e estamos na fase de audição das Entidades. Candidataram-se muitas

Entidades, para aí umas dez, e se se confirmar a que está em primeiro lugar nesta fase do processo, ficamos muito bem servidos. É um consórcio de três entidades públicas e privadas de grande qualidade. De profundo conhecimento da Ria de Aveiro. E nós queremos aportar as novas preocupações, ou melhor, o formato novo das velhas questões de que o Casimiro Calafate deu aqui nota com clareza.

Todos nós utilizadores da Ria, enfim, ir aos sapais, aos maiores, enfim, eu era muito utilizador do grande sapal que se chama popularmente da "morraceira" do canal de Mira. Na altura carregado de junco hoje tem zero pés de junco. O junco desapareceu todo da Morraceira. Desapareceu completamente uma coisa desgraçada e esta malta agora pensa que chegamos lá na maré baixa e planta-se de novo uns pés de junco e fica resolvido a questão da pradaria!? Não. Há um trabalho a fazer de uma profundidade muito maior, com uma complexidade grande devido às marés.

E um outro trabalho grande que está a ser iniciado pela nossa Administração do Porto de Aveiro, no quadro do planeamento do Porto com incidência na logica de capacitar o seu elo de ligação ao mar, a Barra, para que possa ser profundidade e largura para poder receber navios de maior dimensão e de maior tamanho. E há um trabalho que está obviamente a iniciar-se, a APA está a iniciá-lo, nós na CIRA na tal revisão do Plano é adjudicar o mesmo. E temos um compromisso institucional de trabalharmos em conjunto e fazer as pontes, porque há aqui incidências directas e naturais daquilo que acontece no nosso Porto e daquilo que acontece na RIA.

O nosso Porto está numa ilha, no coração da nossa Ria, e é gestor do elemento que faz a gestão da água doce com a água salgada como todos temos noção, que é a nossa Barra.

É a barra da Ria e é a Barra do Porto como é evidente.

E, portanto, entendi pertinente partilhar estas informações com a Assembleia Municipal a pretexto destas moções apresentadas. Entendo que estamos no bom caminho neste trabalho de equipa complexo para que as coisas andem.

No quadro da pegada ecológica também dar conta que estas questões estão, a pegada ecológica está a fazer a medição daquilo que é a nossa pegada, portanto a nossa produção negativa, mas também a medição da nossa produção física. A tal biocapacidade do território, nos primeiros relatórios, nem se sequer havia referência a estas áreas, ao baixo Vouga lagunar, etc. Que obviamente tem já hoje uma capacidade com um potencial de crescer muito grande. E, portanto, também aí nessa outra frente, com a Associação Zero, com a Universidade de Aveiro, que são os nossos parceiros principais nesse trabalho da pegada ecológica, estamos também a desenvolver o conhecimento exacto. O que é que temos? Qual é a nossa realidade? E obviamente em cima disso tomarmos medidas políticas que possam ir melhorando a nossa prestação, reduzindo o tamanho, deixe-me dizer assim, da nossa pegada ecológica. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

"Muito o brigado Senhor Presidente. Em resposta às várias Moções que nós trazemos aqui e às propostas, houve vários comentários, várias ressalvas, obviamente que nós vamos responder a todas elas. Mas primeira dar esta resposta à provocação do Senhor deputado do CDS que disse que o Bloco de Esquerda não trazia nada de novo ao debate! Senhor deputado devia olhar para a atuação do seu partido. Não só aqui no concelho, mas também a nível nacional. Se existe neste momento uma força política que nada traz de novo às preocupações, para responder às aspirações dos portugueses, é o seu Partido senhor deputado.

Por alguma razão, o Bloco Esquerda neste momento, vale eleitoralmente no Distrito de Aveiro e no concelho de Aveiro, bastiões do CDS antigamente, praticamente o dobro dos votos.

O seu Partido, se calhar, devia era preocupar-se bastante com a situação do seu próprio partido.

Depois respondendo a intervenção do Senhor deputado Casimiro Calafate e agradecer, aquilo que foi um manifesto de defesa do Baixo Vouga Lagunar e do património desta área muito importante.

Sem dúvida que nós temos que proteger estas áreas senhora deputado. Aveiro, a região de Aveiro, é das zonas do país mais desprotegidas e mais expostas àquilo que vão ser os efeitos negativos das alterações climáticas. E, portanto, é da maior importância nós blindarmos aquilo que é a gestão e a defesa daquilo que é um património que é absolutamente fundamental para a resposta que a nossa região pode dar no combate às alterações climáticas. A Ria de Aveiro é um sumidouro de carbono e essa função tem de ser defendida e tem que ser blindada.

Senhor deputado Fernando Nogueira. Sim, isto aqui é uma questão de precaução, sem dúvida. Quando nós vemos aquilo que tem sido a atuação deste executivo municipal, em que questões por exemplo, em sede de PDM, que permite, por exemplo, que seja possível construir em reserva natural. Quando nós vemos, por exemplo, os constituintes da Comissão que está a co-gerir a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, que inclui a Navigator, antiga Portucel, que inclui representantes de empresas de turismo de massas, isto deve-nos preocupar senhor deputado. E portanto sim, é uma questão de precaução.

Nós temos que blindar a gestão, como o senhor deputado do PCP disse, o PCP é contra o processo de descentralização. Nós também somos contra, mas ele existe e está a ser executado e portanto nós temos de actuar sobre a realidade.

E portanto é mesmo uma questão de precaução. Nós temos, tendo em conta o enquadramento que existe, que nós discordamos, nomeadamente de todo este processo de descentralização, mas ele existe. Nós temos que usar e atuar sobre a realidade. E estas propostas visam blindar todo o processo de defesa e de gestão de um património que é absolutamente fundamental para a nossa região e também para Portugal no seu conjunto. Como disse, a Ria de Aveiro tem uma função essencial do ponto de vista de, enquanto sumidouro de carbono.

E, portanto essa defesa do património tem que ser blindada com propostas concretas e estas propostas que nós fazemos aqui, visam precisamente reforçar esses mecanismos. Muito obrigada."

Não se verificando mais intervenções, colocou à votação⁰³⁹ o Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Por compromissos do município com a conservação da natureza e da biodiversidade, sendo a mesma rejeitada com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6) oito abstenções (PS8), e quatro votos a favor (BE2+PCP1+PAN1).

Continuando colocou à votação⁰⁴⁰ o ponto 9 - Apreciação e votação das Moções: alínea a) - Pela inclusão de indicadores de conservação da natureza e da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas, sendo a mesma rejeitada com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6) nove abstenções (PS8+PAN1), e três votos a favor (BE2+PCP1).

Prosseguindo colocou à votação⁰⁴¹ o ponto 9 - Apreciação e votação das Moções: alínea b) - Pela proteção dos sapais e pradarias marinhas da Ria de Aveiro e a sua inclusão nos instrumentos de política climática, sendo a mesma rejeitada com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6) nove abstenções (PS8+PAN1), e três votos a favor (BE2+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal:

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD):⁰⁴²

"A minha declaração de voto no seguimento de ter votado contra, tem a ver por serem tardias estas propostas. Deixou-se destruir tanto e agora é que vem com elas. Onde andaram estes senhores todos nestes anos todos? Por isso votei contra."

Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Criação de Hortas Urbanas/Comunitárias no Município de Aveiro.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴³ ao deputado proponente do PAN para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁴⁴

"Obrigado Senhor Presidente. O PAN traz uma proposta simples, não tem nada de complexo. As hortas urbanas estão a crescer, estão a ser cada vez mais implementadas nas nossas cidades e nós queremos que elas contribuam, de certa forma, para a redução do desperdício alimentar. Contribuam para menor poluição, para a diminuição do consumo de produtos industrializados, isto com o foco essencial na saúde. Permitem também a revitalização de espaços de lazer e a utilização das hortas com elementos decorativos e o seu cultivo como atividade recreativa. Elas foram muito úteis e são muito úteis para esta fase de transição. A melhoria de micro clima e da biodiversidade e são também a promoção de atividade física, bem-estar mental e espírito de comunidade. Estes são alguns dos factores que nos levam a crer que a implementação destes modelos que estão por toda a Europa e também começam a ser implementados em Portugal. Aqui no concelho penso que só existe a de Esgueira, mas parece-me ser um formato e o PAN defende este formato para a implementação em todo o território. Portanto Aveiro estando na vanguarda da maior parte das áreas ou querendo estar na vanguarda da maior parte das áreas, achamos por bem trazer esta proposta à Assembleia Municipal. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Boa noite de novo. Vou falar pouco. Nós tivemos alguma iniciativa relativa às hortas urbanas com alguma expressão. Depois com alguma regressão, inclusivamente neste momento temos um dos espaços que era ocupado por uma Horta é um espaço em transformação de acordo com o novo PDM, que é o local que fica no vale abaixo da capela das Barrocas.

E a proposta que aqui vem é realmente válida. É uma das nossas questões, por razões sociais, por questões ambientais, por questões de Saúde, etc.

Ela é válida e deve ser, de facto, um esforço a prosseguir. Inclusivamente, não sei se a Câmara não pode e não deve aproveitar isto como, inclusivamente, porque é um esforço que está respaldado num REJUE que prevê a possibilidade de atribuir espaços que são coletivos, são privados e semiprivados. E face ao que a Câmara tiver para melhor fazer, em

termos de boa vontade, no assegurar das condições, nalguns espaços que nalguns casos são marginais e até de difícil gestão pública, estes espaços trazem vantagens de trazer mais-valias para os seus utilizadores.

E portanto achamos que a proposta é válida é recomendável, quanto mais não seja precisamos de reverter ou de voltar a investir no modelo.

Eu lembro-me porque trazido a esta assembleia a das hortas urbanas referenciadas no vale da capela das Barrocas e que julgo ser a única que está a funcionar. E foi implementa sem ter condições de rega, de água, porque é preciso um abastecimento de luz etc.

E por isso os investimentos serão relativamente reduzidos, parece-me em relação aos benefícios. Não queremos fazer paralelo nenhum, mas Paris adotou precisamente esta lógica de co-gestão do espaço público e a ideia é precisamente que as parcerias que se fazem não têm de ser só com empresas. Portanto tem também de ser com o público e com as pessoas. Mas tomei nota da nota humorística que consegui causar no Senhor Presidente da Câmara."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Sendo eu oriundo do sector primário desde os meus 5 anos, naturalmente que é com alguma simpatia que vejo falar em hortas.

Querem hortas. Então é a iniciativa individual? Eu conheço muitos casos, por exemplo na minha terra, de pessoas que se juntaram, o proprietário cedeu o terreno em comodato, as pessoas tem a sua iniciativa. Então é à Câmara que compete. A não paga nada, a Junta não paga nada, às pessoas não pagam nada, as pessoas fazem a sua produção local e algumas venda na praça de Cacia e, portanto, vamos nós empurrar tudo para o Estado!? Deixem as pessoas respirarem e quererem. O deputado Fernando Nogueira levantou uma questão importante. A horta da Vera Cruz não está pujante porque as pessoas não querem, tão simples como isso.

Portanto, Senhor deputado a ideia é boa. Mas não é para a Câmara ter de fazer. Quando muito as Juntas de Freguesia podem, porque conhecem melhor os casos. E quando se fala em hortas, olhem, eu aconselho a que visitem a habitação social de Cacia, onde deixaram um terreninho com cerca de 200 e tal metros, junto das habitações, para que pudesse contribuir com ele na sua economia familiar, umas fazem outras não. Olhem vão lá e vejam. Aliás, eu acho que a Câmara devia a quem não faz não ter direito à casa. É a minha opinião. Não eu estou aqui a culpabilizar mais ninguém.

Portanto eu acho que isto deve-se dar liberdade às pessoas, à sua iniciativa, e se tiverem dificuldade depois então sim. Agora quando as coisas partem de cima acontece o que aconteceu na Vera Cruz e não foi culpa do Presidente de Junta, como deputado Fernando Nogueira referiu. É preciso ter vontade, é preciso querer. Porque isto de ir para a terra porque agora é moda, passado pouco tempo a moda passa.

Portanto, eu acho que a ideia em si é boa, mas na minha opinião não é para a Câmara tomar a iniciativa.

Primeiro os cidadãos têm de ter a iniciativa e depois localmente as suas juntas de freguesia podem, se assim o entenderem acrescentar valor para as pessoas todas que se querem unir. Acho que devemos começar também a pensar na iniciativa das pessoas e se elas querem. E quem quer vai, quem não quer não vai. Olhe arranje pessoas que queiram fazer hortas comunitárias que eu arranjo o terreno de borla."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁹

"O PAN é a primeira vez que está na Assembleia Municipal e está essencialmente a aprender também, obviamente, com todos os presentes. E não é a contragosto que traz estas recomendações.

Quando trazemos, trazemos com gosto, trazemos com responsabilidade, queremos muito partilhar estas ideias com Vexas. Esta proposta não visa obrigar o município constituir à força estas hortas. Isto é uma proposta no sentido de tornar isto possível. Se as associações se os cidadãos convergirem e solicitarem essa ajuda ao município.

O problema é que muitos cidadãos não têm recursos, não sabem sequer como proceder, não têm essa pedagogia por trás das suas acções, e portanto precisavam dessa pedagogia e sobre tudo a disposição da Câmara em aceitar esses pedidos de orientação e de ajuda.

Concordo que o papel das Juntas também é fundamental. Os Presidentes de Juntas têm assento nesta Assembleia não é porque foram eleitos. O propósito de eles estarem aqui e eu já disse aqui várias vezes, é constituir esta maioria gigantesca, e é porque tem essa responsabilidade. Trazer à Assembleia aquilo que são as preocupações dos seus fregueses, aquilo que são os contributos dos seus fregueses, mas também as dificuldades que eles possam eventualmente ter.

Eu sei de pessoas que não têm noção de como fazer no caso de quererem tomar essa iniciativa. Portanto esta recomendação é no sentido de criar uma predisposição da Câmara no sentido de aceitar esses projectos. Que podem partir obviamente de privados e das pessoas individualmente. Mas há pessoas que não têm condições nenhuma, nem deslumbram sequer como começar este tipo de projectos. Portanto aqui a Câmara teria um papel fundamental nisso.

É este o teor. É simples, passou em n municípios, tendencialmente aqui não irá passar neste município, mas as hortas estão aí, em cidades muito mais evoluídas, com mais população senhor Presidente e com muito mais complexidade daquilo que é as proprias vicissitudes de cidades grandes. E portanto as hortas estão a ser implementadas e o que se pretendia com esta proposta é uma abertura da Câmara no sentido de as aceitar se elas forem cogitadas pelos cidadãos. Muito obrigado."

Não se verificando mais intervenções, colocou à votação⁰⁵⁰ o Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Criação de Hortas Urbanas/Comunitárias no Município de Aveiro, sendo a mesma rejeitada com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6) zero abstenções, e doze votos a favor (PS8+BE2+PCP1+PAN1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 11 - Apreciação e votação da Moção: Constatação, Tristeza e Pesar, pelo Passivo do Governo do Partido Socialista em relação às obras que são necessidades prementes em Aveiro e para os Aveirenses — reivindicando a ação urgente e consequente do Governo nos assuntos acima referidos.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁵¹ ao deputado proponente do PPD/PSD para fazer a apresentação da Moção.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵²

"Estando o mandato autárquico 2017/2021 na sua recta final e tendo esta reunião ordinária de Abril uma importância política especial, pelos temas agendados, entendem as bancadas de PSD e do CDS, no âmbito da ação política da Aliança com Aveiro, apresentar o nosso ponto de vista sobre a situação e avaliação política, devido à não acção do Governo do Partido Socialista, no que respeita objetivos e obras da sua responsabilidade e que são da maior importância para Aveiro e para os aveirenses, por se tratarem necessidades prementes, legítimos anseios e também compromissos feitos pelo Governo.

O PSD e CDS no âmbito da acção política da Aliança com Aveiro na Assembleia Municipal, assim como maioria que governa a Câmara Municipal, vem desde o início do atual mandato e já mesmo durante o mandato anterior, reiteradamente, lembrando ao partido que suporta o Governo e aos seus partidos aliados da extrema-esquerda e ao Governo do Partido Socialista, que governa o país desde Novembro de 2015, das obras da sua responsabilidade que Aveiro e os aveirenses necessitam e tanto aguardam.

Através desta Moção, queremos fazer uma avaliação do estado destas obras no empenho consequente do Partido Socialista na realização das mesmas por parte do Governo do país. Assim sendo, apresentamos uma Moção de Constatação, Tristeza e Pesar pelo passivo do Governo do Partido Socialista, em relação às obras necessitadas por Aveiro e pelos aveirenses.

Essas obras não realizadas e objetivos não concretizados, são um real e grave passivo negativo do Governo do Partido Socialista, para com os aveirenses e Aveiro.

Destacando as principais: primeiro a ampliação e qualificação do hospital Infante Dom Pedro, no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Continuando os termos de referência do projeto sem aprovação e o seu financiamento sem verbas definidas, nomeadamente no PRR.

Segunda, a construção do novo edifício para a Unidade de Saúde e Cuidados Primários em Nossa Senhora de Fátima, para poder servir com devida qualidade as populações da União de Freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz.

Terceiro a requalificação profunda, do edifício do Centro de Saúde de Aveiro. Requalificação profunda dos edifícios do Conservatório de Música de Aveiro e da Escola Básica 2, 3 de São Bernardo. Decisão sobre o futuro da Escola Secundária Homem Cristo.

Quarto, novo edifício para o Tribunal de Aveiro. Integrando o alojamento do Tribunal de Família e Menores, do Tribunal do Trabalho, do Tribunal do Comércio e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, podendo desde já para cumprir alguns destes objetivos o edifício do antigo Governo Civil.

Mais, segunda fase da obra de requalificação da variante à estrada nacional 235, entre a rotunda da ERSUC e o nó da A17 e o nó da Avenida Europa.

Requalificação total, com especial cuidado e premência, para um forte reforço do enrocamento da estrada no lado da Ria da estrada nacional 327 em São Jacinto.

Sete, requalificação do parque de habitação social, da responsabilidade do IRHU no Bairro do Griné e no Bairro do Caião.

Oitavo, requalificação de toda a estrutura da linha do Vouga entre Aveiro e Águeda, assim como material circundante.

Nove, cedência dos terrenos da antiga lota à Câmara Municipal de Aveiro, assim da frente Ria de São Jacinto.

Décimo, fim das portagens na A17 e na A25 nos troços dentro do município de Aveiro. Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Aveiro aprove a presente Moção de Constatação, Tristeza e Pesar do passivo do Governo do Partido Socialista em relação às obras que são necessidades prementes em Aveiro e para os aveirenses, reivindicando a acção urgente e consequente do Governo nos assuntos acima requeridos."

(Entretanto reentrou na sala o Vogal Pedro Pires da Rosa)

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[054](#)

"Obrigada Senhor Presidente. Eu tenho muitas dificuldades em classificar esta proposta. Vossas excelências passaram 4 anos, 4 longos anos e eu não vi uma proposta fora daquilo que é o âmbito que o que o executivo profere, eu não vi um único contributo assim significativo, relevante, que nós pudéssemos debater. Ideias originais vossas que pudessem ter tido um contributo para o Executivo e coadjuvado executivo até, no sentido de ultrapassar algumas ilegalidades, como é a não existência do centro de recolha oficial de animais e do não cumprimento da lei — entre outras.

Mas eu não me vou precipitar e só gostaria, eu tentei perceber qual foi o trabalho dos deputados do PSD na Assembleia Municipal em relação a estas matérias.

Eu vou separar, ou seja, tudo o que o Prior relatou ao nível daquilo que considera premente de resolução, nós também achamos que sim. Achamos que é absolutamente fundamental e estão ali aspectos que nós também gostaríamos que tivessem resposta.

Agora eu gostaria de saber qual foi o empenho dos deputados do PSD e do CDS, que me descrevessem as iniciativas que tiveram. Eu tentei procurar, não estou com sarcasmo ou ironia. Tentei procurar a atividade dos deputados do PSD e do CDS na Assembleia da República em relação a estas matérias.

E gostaríamos de saber, que me descrevesse, qual foi a forma ou as diligências dos deputados junto do Governo.

E também de Vossa Excelência aqui enquanto órgão, enquanto grupo, até do ponto de vista individual enquanto deputados municipais, mas também enquanto grupo. Porque estiveram aqui 4 anos, obviamente são deputados municipais, podem obviamente também ter iniciativa.

Eu lembro-me de ter respondido a uma pergunta do deputado nacional do PAN sobre as SCUTS em Aveiro e ele nem sequer foi eleito pelo círculo eleitoral de Aveiro, mas teve a amabilidade de me questionar sobre a matéria e eu lembro-me que fiz uma exposição e a nossa posição sobre esse assunto. E portanto, gostaria mesmo de saber o que é que vocês fizeram na verdade, para além deste texto.

Já agora extrema-esquerda, não é s Prior. Eu não consigo perceber... Depois a minha última pergunta, o que é que vão fazer com esta Moção? Eu sinceramente tenho muita dificuldade em classificar, mas se me puderem responder a estas duas questões ajudar-me-iam a eu tomar uma decisão sobre o que fazer com ela. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

"Obrigado Senhor Presidente. De facto quem pega nesta Moção fica com aquela sensação, mas esta Moção é para levar a sério ou é mais um número político de memória seletiva, de descargo de responsabilidades da direita. Que é isto que está aqui em questão com esta Moção.

Porque desresponsabiliza-se completamente da introdução das portagens nas antigas Scut na A17 e na A25, que foram introduzidas pelo governo de coligação, PSD/CDS em 2011. Inclusive o desmantelamento da linha do Vouga foi num Governo de Cavaco Silva, também não é verdade isto, desresponsabilizam-se completamente, passa por um branqueamento com esta Moção relativamente às responsabilidades da direita nestas áreas e noutras. Mas estas são completamente flagrantes. E, além disso, o PCP várias vezes até nesta assembleia,

apresentou não só no presente mandato, mas nos anteriores, relativamente a esta questão. Não deixa também de ser relevante, além disso, os deputados da direita, eleitos pelo círculo de Aveiro, foram coniventes com esta situação também. Verdade seja dita. E além disso, a CIRA, comunidade intermunicipal da região de Aveiro, que tem uma maioria de municípios de direita, como é do conhecimento de todos, poderia fazer um esforço maior para a implementação da redução tarifária dos transportes públicos e criar um protocolo com a CP relativamente à linha suburbana do Porto/Aveiro, que alberga muitos estudantes e trabalhadores que vivem ou trabalham em Aveiro e vice-versa, nas diferentes localidades que abrange esta linha, para além da linha do Vouga também, do esforço que fez foi juntamente com o município de Aveiro, foi utilizar os fundos públicos para colmatar o aumento do tarifário promovido pela Transdev, em vez de contribuir para a expansão da rede e de abranger mais municípios e mais cidadãos da região de Aveiro que seria fundamental para a mobilidade.

Mas eu também pergunto se esta Moção é para ser levada a sério? Não é só por estas questões que eu já mencionei, mas também porque ela não procura nenhum consenso. Porque as áreas que foram elencadas, algumas delas, como a requalificação e ampliação do Hospital de Aveiro e também da valorização dos diversos Centros de Saúde, foram áreas que também foram acompanhadas pelo PCP e inclusive também por outros partidos aqui representados.

Aliás, na última assembleia ordinária em Fevereiro, quando se discutiu a questão do plano de recuperação e resiliência, voltou-se a tocar nesta questão.

Portanto nestes pontos temos em comum. Mas a direita não procurou esse consenso. Preferiu entrar com uma Moção ideológica e digo já, com uma ortografia nada cuidada, que utiliza uma nomenclatura bélica e fúnebre extrema, no que está escrito no próprio documento. E isto denota claramente que foi escrita em cima do joelho, num estado de nervosismo muito grande, e eu entendo porquê. Porque realmente as concelhias de direita aqui em Aveiro estão completamente divididas, não conseguem comunicar com os seus 7 deputados eleitos pelo círculo de Aveiro na Assembleia da República e entendo também o elevado estado de nervosismo, porque, de facto, a perda de militantes, simpatizantes e antigos candidatos autárquicos nas listas da direita, estão a passar para um partido revanchista e do maior reacionarismo que temos nos últimos anos em Portugal e, portanto, eu tendo esse elevado nervosismo.

E, como tal, termino, com o como inicia a própria Moção: Constatação, Tristeza e Pesar por este número político de memória seletiva. Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[056](#)

"Senhor Presidente, apresentam-nos aqui uma Moção sobre o passivo de atuação e as necessidades prementes em Aveiro, nomeadamente a habitação, e eu tenho que começar por perguntar onde é que esteve esta preocupação quando no início desta sessão de Abril se discutiu o tema da habitação, nomeadamente um projeto 65 fogos e outras questões relacionadas com a habitação pública a custos controlados, em que o senhor presidente da Câmara remeteu essa discussão para o ponto 7 desta ordem de trabalhos, e este ponto foi agora retirado dos trabalhos e não há uma preocupação, uma questão, desta maioria que apresenta uma moção sobre passivo de atuação e necessidades prementes de Aveiro. Não houve uma preocupação, por que é que esse ponto foi retirado.

E, portanto, o Bloco de Esquerda, neste momento, tem que concluir que esse ponto simplesmente foi agendado para responder ao Bloco de Esquerda pela sua intervenção, pela falta de políticas públicas para habitação em Aveiro.

Mas, mesmo assim, nós, Bloco de Esquerda, estamos dispostos a aprovar esta Moção se a maioria PSD/CDS estiver disposta a alterar o título da Moção para Constatação, Tristeza e Pesar, pelo passivo do Governo do PS e dos deputados do PSD e do CDS na Assembleia da República.

E uma proposta de pesar do PSD e CDS não é apenas em relação ao Governo. É também de pesar de todos os deputados do PSD e do CDS na Assembleia da República, que ainda não levantaram um dedo por nenhum dos temas elencados nesta Moção.

Só na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal de Aveiro é que o PSD e o CDS exige isto ao Governo. No Parlamento zero.

Portanto, trata-se de uma moção de censura às bancadas parlamentares do PSD e do CDS, mas também, provavelmente, à concelhia do PSD. Recordamos que o PSD e CDS votaram contra propostas que agora elencam nesta Moção, como o Centro de Saúde em Nossa Senhora de Fátima, que foi uma proposta que o Bloco de Esquerda apresentou nesta assembleia e votaram contra. Outra delas foi a requalificação dos bairros sociais. E o PSD e o CDS, enquanto proposta do Bloco de Esquerda votou contra. E agora vir apresentar isto numa moção própria, só nos pode levar a deduzir que se trata de jogo eleitoral em ano de eleições autárquicas.

E, portanto, uma moção de censura do PSD e do CDS aos seus deputados e à concelhia do PSD, também aproveitamos para mostrar a nossa mais profunda preocupação com a deterioração da democracia em Aveiro.

Já sabíamos que o líder da concelhia do PSD em Aveiro gosta de transportar idosos de um lar, na sua carrinha, para votações internas do PSD ou externas, como nas autárquicas. Sabemos que a escolha e votação de Ribau Esteves para a lista do PSD foi feita com vários Presidentes de Junta e militantes do PSD fora da sala e a bater nas paredes protestando, e portanto, deixamos aqui bem claro que o Bloco de Esquerda é a favor da democracia em todo o planeta, até dentro da sede do PSD em Aveiro. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁷

"Muito obrigado Senhor Presidente. Eu pasmo-me com as duas intervenções anteriores! Porque vem de partidos que dizem que não apoiam o Governo. E vêm para aqui, perante esta Moção concreta com coisas que deviam ter sido feitas em Aveiro e não foram, e a preocupação é se os deputados do CDS e do PSD fazem ou não fazem o seu trabalho na Assembleia da República!?"

Olhem, percam um bocadinho de tempo, vejam, e depois não venham com mentiras, não venham com demagogia, não venham com essas histórias. Os aveirenses já sabem que desse lado o que vem é mentira e é demagogia, e de útil não vem nada.

O que está nesta proposta é a realidade. Se os senhores forem ver a acta desta assembleia do ano passado, de Fevereiro, o deputado Pires da Rosa diz quem colocou os pórticos foi o Secretário de Estado do me Partido, Paulo Campos. Está escrito, é verdade.

Portanto virem dizer que fomos nós, não fomos. Têm razão quanto ao Vouguinha, mas infelizmente, o Álvaro que era assim que ele gostava que fosse tratado, enganou-se. Ainda bem que esse assunto parou. Nós estamos cá e reconhecemos quando há coisas feitas pelas mãos dos nossos partidos. Mas quando não são bem-feitas cá estamos para o reconhecer, como o reconhecemos na altura.

Agora os senhores parece que estão de acordo que não se façam obras em Aveiro. Parece que estão de acordo com a política do Governo, de ir esquecendo Aveiro e não fazer estas coisas. Portanto estou para ver como irão votar esta Moção. Disse."

Vogal Filipe Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁸

"Obrigado Senhor Presidente. Esta Moção, aliás, já o foi referido, obviamente, é um texto de cariz profundamente eleitoralista, redigido de modo indigente, extrema-esquerda escreve-se com x. Estrema com s é coisa diferente, manifestamente. Esses erros ortográficos desqualificam-na formalmente, mas desqualificam-na também no conteúdo.

E, sobretudo, representa um empobrecimento da democracia local em Aveiro, na exata medida em que PSD e CDS pretendem instrumentalizar a Assembleia Municipal, para aprovação daquilo que politicamente lhes convém.

É legítimo que façam de comunicados que bem entenderem, mas a partir do momento em que querem que seja a Assembleia Municipal a tomar as suas dores, e com toda a tranquilidade, ninguém tem qualquer ilusão que esta Moção irá ser aprovada, mas não devia ser colocada aqui a discussão.

E desde logo, porquanto o passivo que se imputa ao Governo é em primeiro lugar um passivo que se deve imputar ao próprio PSD e CDS. Porque quando vêm imputar a este Governo um passivo na Saúde, fazem-no num momento em que o SNS nunca teve tanto despesa, nunca teve tantos profissionais, médicos, enfermeiros e auxiliares. Tem, aliás, neste momento, cerca de mais 10 mil que no ano passado. Manifestamente, não é por aqui que há voto de pesar. E, sobretudo, quando "pesar" no que diz respeito à assistência na Saúde em Aveiro, convém recordar que, no momento em que estamos a falar, a requalificação do Hospital, o PSD e o CDS quando foram Governo, foram os autores da Portaria 82/2014, que eu recordo, desgraduou o Hospital de Aveiro para o nível mais baixo da rede, o então nível 1. E então não vi um voto de pesar expresso pelo PSD e pelo CDS, quando aí sim deveriam tê-lo feito, porque isso era a desconsideração total do que diz respeito aos cuidados de Saúde em Aveiro.

Mas importa também referir que, relativamente ao nosso Hospital e à sua requalificação, já o referi aqui, mas importa repeti-lo, a Ministra da Coesão assegurou na Assembleia da República que havendo projeto, haverá financiamento para a ampliação do Hospital.

Mas também o fez, referindo, importa dizê-lo, porque esta Moção é errónea ao fazer essa referência, que o financiamento deve ser procurado no quadro comunitário 20-30 e não no PRR, porque o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) tem um pressuposto que importa explicitar e não o esquecer.

Toda a despesa financiada pelo PRR tem que estar integralmente executada até 2026.

Ora, relativamente à ampliação do nosso hospital, nem sequer há neste momento o projeto e, portanto, não havendo projeto, é mais do que temerário e mais do que temerário, pensar que em 2026 está a despesa executada. Aliás, poderia citar várias pessoas, mas posso citar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro em Maio de 2019 e cito "uma vez iniciada a obra (obra que estamos a falar) ela demorará no mínimo de 4 a 6 anos para a sua conclusão". Não sei se demora se não, mas estou a citá-lo.

Obviamente as consequências da inclusão no PRR da obra não executada integralmente é a devolução do dinheiro. E portanto, o que temos que fazer é lutarmos todos pela inclusão, e pela garantia do financiamento do projeto do novo hospital no quadro comunitário 20-30.

E portanto não deve ser uma arma de arremesso. Pelo contrário, o que esta moção faz é transformar o financiamento do novo hospital em arma de arremesso, quando deveria ser (alguém já o referiu à pouco), deveria procurar congregar os aveirenses na defesa dos objetivos comuns e não propriamente pondo uns contra os outros.

Esta Moção também vem expressar o seu 'pesar' relativamente à situação dos Tribunais!

Ora, perdoar-me-ão, essa situação é verdadeiramente risível, porque se alguma coisa, esta maioria nesta assembleia e ex-maioria governamental PSD/CDS tem, é um passivo no que diz respeito a Aveiro e aos Tribunais.

Eu recordo que o Tribunal do Comércio, já aqui referido, foi retirado de Aveiro por um governo do PSD/CDS e fê-lo, quando já não havia Governos Cívicos. Portanto, o argumento de que pode vir a ocupar o edifício do Governo Civil não valeu para um governo PSD/CDS e, portanto, esse argumento vir a ser recuperado agora, no mínimo, há a expressão de pesar perante a decisão de levar o Tribunal do Comércio para Anadia, onde legitimamente (também já o referi) a Assembleia Municipal recentemente exigiu do Governo a sua instalação definitiva do Tribunal que tem já lá 7 ou 8 anos.

Aliás não é só isso. Às vezes criticamos, também temos que levar pessoas. Eu recordo também no que diz respeito ao passivo do PSD/CDS relativamente a Tribunais que o Governo do PSD/CDS em 2013, extinguiu Tribunal Tributário de Primeira Instância de Aveiro e remeteu-o para Viseu.

Os Senhores estão esquecidos disso. Foi para Viseu, onde no movimento todo daquele tribunal 2/3 do movimento eram relativos Aveiro. Qualquer cidadão do distrito de Aveiro tinha que ir a Viseu tratar das questões do Direito Administrativo e Direito Fiscal.

E só temos Tribunal Administrativo e Fiscal em Aveiro, devido à intervenção de uma pessoa que era governador civil na altura (que não interessa quem era), mas também do Presidente da Câmara Élio Maia, que instado por esse Governador Civil, arranhou instalações condignas para a sua instalação de novo em Aveiro. Porque senão não o tínhamos.

E, portanto, o que eu quero dizer é mais uma vez que temos que estar unidos relativamente a objetivos que dizem respeito a Aveiro. A questão do Tribunal de Família e Menores é uma questão que nos deve preocupar. Porque a questão é uma questão de degradação física do edifício e exige uma intervenção rápida. Portanto não é uma solução para andarmos a procurar o que é que vamos fazer e precisamos de um espaço disponível, público ou privado.

Portanto insistir no espaço do antigo Governo Civil, eu conheço razoavelmente aquele espaço, tenho as minhas dúvidas. A verdade é que o Ministério da Justiça por mais que uma vez disse que esse espaço não serviria. Portanto no mínimo temos que propor ou tentar descobrir outro espaço, porque já temos a experiência de em 2004 ter a saída do Tribunal do Comércio. Convinha que a resposta não fosse a mesma.

Sobre a linha do Vouga eu acho que isto é risível. Os senhores manifestam o pesar pela falta de investimento!? Os senhores, o PSD e o CDS no Governo aprovaram a Resolução 45/2011 que cito "aprova a desativação do serviço de passageiros da linha do Vouga, substituído por concessão rodoviária a privados". Quer dizer, agora o Plano Nacional de Investimentos já tem na sua planificação o instrumento de 100 milhões de euros para toda a linha — 30 milhões, grosso modo, no que diz respeito na parte Águeda /Aveiro, da parte sul da linha do Vouga. Agora quererem acusar alguém que está a investir 100 milhões de euros, vindo essa acusação de quem quis desactivar a linha do Vouga é no mínimo risível. E, portanto, apontar o dedo nesses termos é óbvio que não pode ser tido como sério.

O mesmo vale para a Habitação. O Conselho Económico e Social, que como se sabe é uma instituição apartidária, representativa de várias forças e instituições do melhor que tem a sociedade portuguesa, na apreciação do Programa de Estabilidade, reconheceu "felicitar o Governo porque ao fim de décadas" e, portanto, transversal a vários governos ao fim de décadas à habitação é finalmente vista como política central do Estado, quer dizer, neste momento, que aqui a maioria PSD/CDS quer apontar o dedo ao Governo é risível.

A Senhora Secretária de Estado da Habitação (pessoa que eu não me canso de elogiar) anda neste momento pelo país a celebrar acordos com todas as Autarquias, presumo que com Aveiro virá a fazê-lo em breve. E ainda hoje, o próprio Primeiro-ministro referiu que há 3 mil milhões do PRR para aplicar e até 2026 tem que estar integralmente executado, bem, é quem não fez que aponta o dedo a quem está a fazer nestes termos?

Relativamente aos pórticos. Eu estou particularmente à vontade porque sempre em todos os fóruns, em todos os momentos manifestei a minha oposição. Esses pórticos foram colocados em 2010, nos termos que Jorge Greno referiu. Mas sobre os pórticos dizer que o PSD e CDS primeiro têm que se entenderem. Porque o PSD prometeu aos aveirenses retirar os pórticos se ganhassem as eleições em 2011. Prometeu em 21/4/2011, o candidato de Aveiro do PSD prometeu que se ganhasse as eleições retiraria os pórticos.

Ganhou, como se sabe, em 2013 PSD e CDS limitaram-se na Assembleia da República a recomendar ao Governo que estudasse uma alternativa aos pórticos.

Repito, aprovaram uma resolução a recomendar ao Governo que estudasse uma alternativa aos pórticos. Até 2015, foi o momento em que mudou o Governo, fez algum estudo? Zero.

Repito, zero, não fez rigorosamente nada.

Em 2019 o CDS propôs a deslocação dos pórticos na Assembleia da República! Como é que votou o PSD? Absteve-se! Eu estou à vontade porque votei a favor, mas o PSD absteve-se. Porque é que o PSD se absteve? Porque reconheceu que o CDS estava a propor uma coisa que o próprio Governo PSD/CDS não tinham feito e, portanto, recomendou ao Governo do PS em 2019 que fizesse o estudo.

Eu presumo que ele esteja em vias de conclusão. Mas a verdade é que nesta matéria o PSD/CDS se têm que entender primeiro, porque a verdade é que em primeiro não cumpriram o que haviam prometido aos Aveirenses, em segundo lugar a única coisa que fizeram foi "recomendação de um estudo", o que é manifestamente pouco para o propósito que os Aveirenses pretendem ver resolvido.

Portanto, em síntese, não me quero alongar, PSD e CDS com esta proposta eleitoralista parecem esquecer aquele provérbio oriental que aquele que aponta um a outrem tem na prática três dedos a apontar para si próprio.

É exatamente isso que sucede com esta proposta. Ela visa apenas a instrumentalização já eleitoralista da Assembleia Municipal em vésperas de eleições autárquicas portanto o seu propósito é óbvio. Mas faz mal porque relativamente aos interesses superiores de Aveiro, devíamos estar a lutar para nos unir e não propriamente para ganhos de fogo-fátuo.

Manifestamente com esta Moção não há ganhos para Aveiro com este tipo de propostas. Muito obrigado."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁵⁹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁰

"Obrigado Senhor Presidente. Eu gostava só de dar algumas notas relativamente alguma consternação que aqui a oposição demonstrou face a esta Moção, para relevar aqui quê? Isto passa-se ou vem de um grupo municipal ou melhor de dois grupos municipais, não na sequência do mandato deste executivo, mas já são 2 mandatos, já estamos a falar de 8 anos. E isto se fosse um Executivo que nada tivesse feito durante estes 8 anos, o não fazer por parte do Governo Central não causava grande perplexidade nem preocupação aos aveirenses, porque é disso que se trata e é para essas pessoas que nós temos que estar preocupados.

A realidade é esta. Este executivo teve um primeiro mandato que foi um mandato muito centrado na questão da resolução do desequilíbrio económico e financeiro em que a Câmara se encontrava. No segundo mandato, apanha uma força, de facto um elam, que causa uma verdadeira revolução no bom sentido do termo na Cidade de Aveiro. E é esta dinâmica que causa aqui um conjunto de constrangimentos e dúvidas e pretensões até aos próprios aveirenses — e com toda a razão.

Senão vejamos. Nós dentro de pouco tempo, admito que não falte muito, vamos ter coisas como a estrada-dique pronta; hoje já toda a gente passeia e frui do espaço da Rua da Pêga;

E o que é que vão encontrar, quando as pessoas começarem a fazer e a prolongarem o seu passeio até à estrada dique? Vão encontrar ali um passivo urbano gigantesco, que já o era, mas que agora se vai acentuar ainda mais, que são o conjunto dos edifícios da antiga lota.

Eu não quero saber do que está para trás!? Eu quero é aproveitar o momento que Aveiro está a viver e resolver definitivamente este tipo de coisas.

Outro tipo de constrangimentos que encontramos hoje. Temos habitantes dos bairros sociais, do Griné e do Caião e desejarem morar no Bairro de Santiago, para não mencionar outros.

E é deste tipo de coisas que nós esqueçamos lá o passado. Aproveitemos o momento e todos juntos de facto, lutemos para que estas coisas aconteçam em Aveiro. E que não estejamos aqui mais 10 anos a dizer que o P S disse isto ou prometeu aquilo, que o PSD disse aquilo, que o CDS disse aqueloutro, e as coisas não se resolvem.

É esta mentalidade que nós temos de uma vez por todas mudar neste país. Nós temos que descomplicar isto. Reparem, vocês aqui bem perto, foi ontem ou antes de ontem, inaugurado um terreno que estava por trás da estação de caminho-de-ferro, que era um baldio, que era uma coisa que não tinha sentido nenhum, hoje vocês vão e têm uma coisa bem-feita, um parque de estacionamento gratuito, preparado já para futuro e, portanto é disto que estamos a falar.

E portanto, aquilo que aqui vem a esta Assembleia é efetivamente uma indignação por parte deste grupo parlamentar, relativamente ao conjunto de obras da responsabilidade do Governo Central, que passados 8 anos nada aconteceu.

E portanto a pertinência é esta. E não vale a pena agora andarmos aqui com troca de galhardetes de coisas que se passaram há 15, 20, 30 anos. Vamos para a frente, esse é que é o caminho. Obrigado."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁶¹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁶²

Presidente da Mesa⁰⁶³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

"Muito obrigado a todos. Obviamente que eu vou medo que eu vou fazer um ponto de situação sobre estas matérias, porque acho que é útil para a Assembleia.

Esta matéria tem a maior pertinência. É evidente que temos ter uma de duas opções: ou nos viramos para trás e nos viramos a fazer históricas, cheias de eloquência, mas que não servem para nada.

Ou fazemos um ponto de situação para prosseguirmos um trabalho de luta, de influência política, usando vários instrumentos para conseguirmos que as coisas aconteçam.

E portanto, eu, em relação aos que se viram para trás e ficam a fazer resenhas históricas, o meu respeito e agradecimento pela lembrança da memória, por mais que pudesse ter havido um ou outro erro, mas está-se muito bem. Mas o que interessa aqui é termos uma noção exata do ponto de situação e carrear o nosso contributo para que as coisas aconteçam, com quem de direito. O Governo do país é hoje o Governo do país. É com ele que trabalhamos e é a ele que temos que fazer pressão política, solicitar diligências, e obviamente cobrar essas diligências e esses compromissos.

Em relação ao Hospital. Queria dar conta que há tempo para fazer o hospital, se a matéria vier para a nossa mão em termos de projeto. Neste momento não há decisão sobre os termos de referência, não há decisão sobre a proposta que apresentámos para que a Câmara seja titular do projeto para fazer o projeto imediatamente e, obviamente, Filipe Brandão, com este quadro nem em 60 anos quanto mais em 5 ou 6 anos.

Se vier para a nossa mão a possibilidade legal de sermos nós a fazer o projecto, como fazemos para as USF, como sabe todos os projectos são feitos pela Câmara de Aveiro, nós conseguimos ter o projeto terminado, pronto, até final de 2022.

Nós conseguimos lançar o concurso até final de 22 e é objetivamente possível ter a obra pronta em finais de 2026.

Como sabe há um passo intermédio do PRR, que é termos formalmente garantida a obra que no fundo é a adjudicação, até ao final de 2023.

Este é o quadro. É possível? É, mesmo no âmbito do PRR. Mas há uma má notícia. Não está no PRR este objecto da requalificação do Hospital.

Ainda é possível vir a estar? É. Toda a gente sabe que o PRR vai nascer com um formato que ainda não é o que temos. A última versão será o acordo que o Governo terá com a Comissão Europeia e depois há a outra, obviamente que é a versão final.

Depois há a outra possibilidade de financiamento da obra, que é pelo futuro quadro de fundos comunitários. Enfim, mas que vai para lá de 2026. E que terá como têm todos os quadros um prolongamento de dois anos que é o clássico ou de 3 anos, que é o que se passa com o prolongamento do atual quadro do Portugal 20-20.

Agora pergunto ou é para fazer ou não é? É para andar a dizer que vamos fazer e vamos andar mais 60 anos.

Em relação à Autoridade de Saúde de Cuidados Primários é o mais redondo zero! O Ministério não abre a boca, ainda não nos mostrou a tal lista que está referenciada com o número de 95 unidades a realizar no PRR. Não sabemos de nada. Esta é a nossa lista que está acordada com o nosso Diretor do ACES do Baixo Vouga, Dr. Pedro Nelson de Almeida que é quem fala conosco. De resto, silêncio absoluto.

Em relação à Educação tive recentemente a segunda reunião com a Senhora Secretária de Estado, uma conversa telefónica muito agradável, mas decisões zero. Tudo zero. Nem São Bernardo, nem Conservatório, nem Homem Cristo, um redondo zero.

Senhora Secretária de Estado quando é que há decisões? Senhor Presidente ainda não lhe sei dizer, estamos a trabalhar no assunto, espero dar-lhe notícias em breve. Pronto, vai desculpar mas eu de vez em quando vou continuar a insistir.

Tribunais. Já estamos a trabalhar numa nova frente com o senhor chefe de gabinete, que já teve uma longa reunião comigo, que terá vindo cá hoje (não tenho confirmação), ele disse-me que vinha, eu não tinha que estar, na visita que ele quis fazer sobre reserva, visita de trabalho.

Portanto estamos a trabalhar. Agora estamos de acordo todos que seja o Governo a ajudar-se a si próprio, disponibilizando o edifício do Governo Civil, para fazer as diligências do Tribunal de Família e Menores. Nesta fase não é preciso mais nada.

Agora de uma vez por todas, é preciso fazer um projeto, e um investimento nos Tribunais de Aveiro. Andamos nisto há muito tempo. Agora é preciso marcar este terreno para irmos à luta do financiamento. Ouçam aqui é no Orçamento de Estado, porque aqui não há Fundos Comunitários que possam cair para esta tipologia de financiamento.

Em relação N235, essa matéria não têm andamento atualmente. Mas já vos referenciei e não me vou repetir. Ela cairá para a operação do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, que passará ele a ser a N235 e passaremos nós, Aveiro e Oliveira do Bairro, a receber a actual N235 qualificada a variante. Portanto é este o quadro em que estamos a andar. Este é o quadro que temos em cima da mesa formalmente. Quanto à N325 zero. Não há coisa nenhuma.

Quanto à retirada do Ponto 7. Eu peço desculpa, tinha pedido ao Presidente da Assembleia para justificar o que aconteceu com a nossa retirada do ponto 7 da ordem de trabalhos.

O processo não está terminado. Ele ficará agora de certeza absoluta terminado na próxima semana e é muito provável, porque já não o conseguiremos levar à reunião do dia 6 de

Maio, mas é muito provável que o ponto 7 que retirámos dê azo a uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal para tratarmos desse importante dossier que, além do mais, está a andar bem no que respeita ao nosso trabalho, e de quem tem o mérito principal que é o investidor, e ao IRHU que obviamente é uma entidade fundamental para o reconhecimento de CDH.

Esta semana, segunda-feira, tive uma reunião com o Senhor Administrador do IRHU, que veio cá, estivemos a trabalhar sobre tal terreno da antiga Luzostela. Trabalhámos imenso e soubemos de muitas coisas.

Algumas vou manter sem visibilidade pública, mas dizer-vos que não há estudo urbanístico nenhum. Aquele número de 65 podia ser 650. Enfim, não há coisíssima nenhuma.

Portanto vamos iniciar um processo de diálogo. Estamos de acordo nos princípios o que é muito bom, não há cá bairro social à moda antiga. Nada disso. Não é isso que eles querem. Portanto houve ali um erro de comunicação, pode dizer-se assim.

Só para deixar arredondada a matéria, olhem é um CDH. É uma tipologia que nós concordamos com ela. Agora vamos criar um grupo de trabalho. O IRHU não vai fazer o estudo, vai contratar uma empresa para fazer o estudo e vamos trabalhar com a empresa que eles contratarem. Portanto há trabalho a andar além de estamos a pressioná-los para que as obras do Griné e do Caião avancem porque é mau demais para ser verdade.

Terão entregue hoje a candidatura a Fundos Comunitários, porque acaba o prazo hoje e pronto, só depois, como tem aquelas regras todas complicadas, administrativas, só depois da candidatura aprovada é que eles irão lançar concurso.

E, portanto, a probabilidade de haver obra este ano é baixa. Eu chamei a atenção do Administrador, atenção, nós temos essa experiência, cada vez é mais difícil arranjar empreiteiros para estas tipologias de obras de reabilitação, pois é cada vez mais difícil. Portanto cuidem bem para que a coisa possa correr bem. Obviamente que torcemos para que lancem o concurso e tenham empreiteiro, como é evidente.

A linha do Vouga entre Aveiro e Águeda é o mais redondo zero! Não há coisíssima nenhuma. É o mais rigoroso zero.

A lota. O que se passa na descentralização das áreas portuárias é uma vergonha nacional. Está tudo parado. Este aqui a Senhora Ministra Alexandra Leitão, esteve aqui no dia 20 de Abril, numa reunião connosco, com os Presidentes de Câmara da CIRA. Perguntámos: Senhora Ministra qual é o ponto de situação? Senhor Presidente continuo lá nas minhas diligências, mas não ata nem desata, nem o Ministério das Infraestruturas e Habitação, nem o das Finanças. Eu continuo o meu trabalho para ver se a coisa se resolve.

É uma vergonha absoluta e é nacional. Esta não é só municipal. Porque não anda nada. Não anda Portimão que é outro município tem portos de carga. E os de pesca estão todos acordados, o Ministério do Mar fez os acordos com 7 municípios e está tudo pendurado nas Finanças, ninguém sabe exatamente a fazer o quê. Mas estão lá à espera do parecer positivo.

As portagens. Pronto é uma luta que temos que continuar. Nós tentámos, tentámos e fizemos, para termos uma isenção do pagamento das portagens no troço que serve diretamente o município de Aveiro, por força das obras de toda a antiga N109 de toda a Avenida Europa, que começámos de Verdemilho até Cacia, e houve aquela desculpa formal que está escrita, de que se ia perder muita receita e que não era possível. Portanto a luta tem que continuar.

Mas este é um ponto de situação daquilo que temos hoje e temos que continuar o nosso trabalho político. E contem obviamente comigo, com a maioria que está comigo a trabalhar no executivo municipal, para mantermos toda a intensidade e no mais elevado espírito de equipa, mas obviamente temos que fazer o nosso trabalho.

Os outros municípios também lutam pelas suas coisas. E nós temos que manter este ritmo e este contributo que aqui está é obviamente um contributo político, que tem a maior relevância. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[065](#)

"Senhor Presidente, só esclarecer da nossa parte alguns factos. Nós não viemos aqui falar de ideologias nem de passado. Queremos com esta Moção falar para avaliar hoje como estão as coisas. E nem viemos hoje falar sobre isto. Relembro que neste mandato falámos nestes assuntos em quase todas as sessões. Em 15 reuniões lembramos todos estes factos em questão.

Mas podemos falar um a um. O Presidente da Câmara já referiu, mas a exemplo do Hospital, se estivesse inscrito o financiamento no PRR era melhor. Porque lá vai haver dinheiro. No 20-30, temos que ir atrás dele, pode haver ou pode não haver. Mas no PRR havia.

As Unidades de Saude. Está lá no PRR que irá haver 85 unidades de saúde. Mas não diz onde é que são!? Para nós é premente que tenhamos estas duas. A requalificação do Centro de Saude de Aveiro ou se calhar um novo porque tem defeitos estruturais que se calhar não permite a sua requalificação. E a outra em Nossa Senhora de Fátima. E isso devia lá estar, mas não está.

Sobre a N235. É imperioso acabar a requalificação daquela estrada. Estamos desde o início do mandato a falar naquela estrada, são mais de 15 sessões.

Na N325 em São Jacinto. Caiu 3 vezes no ano passado. Não vimos nesta Assembleia uma única palavra de solidariedade do Partido Socialista, para com o seu Presidente de Junta. Mas nós queremos que a estrada seja requalificada como deve ser e não como foi desta vez com algumas pedras e alguma areia, o que fez que já caísse de novo.

Sobre a Habitação Social. A Câmara e nós fizemos a nossa parte. Os Bairros Câmara estão ou requalificados com qualidade ou em projeto de requalificação ou em obra. Nós estamos aqui é há quatro anos ou mais, pela requalificação daqueles que são da responsabilidade do Governo. Eu nem sei se sabem onde é ou se os conhecem. Aquilo não são casas neste momento dignas de habitação. São da responsabilidade do IRHU. O Governo até ver não fez nada. Mas nós queremos que faça e por isso em todas as reuniões não abdicamos de vir aqui sempre protestar da necessidade de obras no Bairro do Griné e no Bairro do Caião que são responsabilidade do Governo. A habitação social da Câmara está toda requalificada.

Sobre os terrenos da antiga lota. Enfim, nem falo. Nós no início desta sessão estranhámos esta parte do Partido Socialista, no período de antes da ordem do dia, antes de começar efetivamente a reunião, tivemos 3 deputados do Partido Socialista muito nervosos com isto. Tivemos um que disse que já tinha vindo nos jornais e por isso já tinha sido discutido! Tivemos outro que veio falar que era mau para Aveiro falar do que estava no ponto 11, imaginem ainda não estávamos no ponto 1!

E depois tivemos o Senhor Deputado Dr. Filipe Neto Brandão, que num post ofensivo, escreveu, apelidando de ridículo a proposta de Moção e todos os deputados da maioria.

Ó Senhor Deputado não é isso. É a nossa proposta. Se não gosta vota contra.

E veio aqui no período de antes da ordem do dia, num manifesto estado de espirito, num estado de alma, falar de coisas que o Governo vai fazer. Mas esta proposta é saber quando é que vai ser feito?

Ou do que não foi feito. E sobre o seu estado de espirito (eu não era para fazer isto) eu tenho muita consideração por si, ademais é Deputado da Nação, foi Governador Civil, é

Deputado há muitos anos, se calhar já devia ter ajudado mais nestes casos. Mas nestes anos todos, se calhar é a pessoa de Aveiro que há mais anos é profissional destas coisas da representatividade governamental, mas efectivamente há muitas coisas que tem ficado para trás.

E sobre esses estados de espírito eu pedia ao Senhor Presidente da Mesa que distribuísse um documento que fiz chegar aos serviços de apoio à Assembleia.

O que nós viemos aqui fazer hoje não é obras que queremos sejam feitas no passado. Quem fez, quem fez, não interessa. Nós andamos aqui à cerca de 15 sessões a falar sobre estas obras e hoje estamos a fazer uma avaliação do estado em que elas estão.

Quando o Senhor Deputado vem aqui falar de estados de espírito, de estado de alma, se vai ser feito ou não vai ser feito, eu queria lembrar esta fotografia Senhor deputado. Tem 15 anos. É a inauguração da Aveiro/Águeda no lançamento da primeira pedra da obra Aveiro/Águeda.

Está o Senhor Governador Civil Filipe Neto Brandão, está o Secretário Estado Paulo Campos, está o Ministro Mário Lino, está o Senhor Presidente de Câmara de Águeda Gil Nadais, foi na rotunda do Milénio em Travassô "lançamento da primeira pedra da obra do Aveiro/Águeda".

São estes os estados de espírito que nós não queremos nesta Assembleia. Nesta Assembleia queremos que o Senhor Deputado traga aqui o elenco de obras já feitas. Porque o estado de espírito do lançamento desta obra tem 20 anos. Se ainda fosse pedras de Arouca, pedras parideiras, se calhar estava lá obra, assim não está lá nada."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁶⁶

"Senhor Presidente defesa da honra e passo a explicar. É a segunda vez que o deputado Manuel Prior insinuou aqui afirmações, mas é mentira. Quando disse que a Moção não tinha saído para a rua antes de vir à Assembleia. Eu só venho aqui reiterar aquilo que disse e não lhe admito que me chame mentiroso porque eu tenho provas disso.

Eu não venho para aqui fazer números. O Senhor disse que não tinha saído antes. É porque eu vi e tenho provas documentais disso. É só para deixar absolutamente claro que eu não venho para a Assembleia Municipal mentir e, portanto, penso que isto confere uma figura de defesa da honra, que é raro eu utilizar."

(Entretanto saiu da sala o Vogal Francisco José da Silva Ferreira)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD):⁰⁶⁷

"Senhor Presidente, eu queria esclarecer o Senhor Francisco Picado, um facto concreto. Não há dúvidas nenhuma que até a proposta estar publicitada no site da Assembleia, onde todos temos acesso aos pontos todos, não esteve rigorosamente em lado nenhum.

A partir do momento que nós todos tivemos acesso à proposta que estava no site da Assembleia, eventualmente apareceu seja onde for. Mas até ser pública não apareceu senhor deputado, não apareceu."

Presidente da Mesa⁰⁶⁸

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁶⁹

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷⁰ Ponto 11 - Apreciação e votação da Moção: Constatação, Tristeza e Pesar, pelo Passivo do Governo do Partido Socialista em relação às obras que são necessidades prementes em Aveiro e para os Aveirenses — reivindicando a ação urgente e consequente do Governo

nos assuntos acima referidos, sendo a mesma aprovada com vinte votos a favor (PSD14+CDS6) zero abstenções, e treze votos contra (PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Declarações de voto:

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁷¹

"Obrigado Senhor Presidente. O PAN votou contra, porque o Senhor Presidente acabou de fazer uma exposição eloquente, dos passos e do percurso que cada um dos assuntos está a ter — devia ter sido o executivo a defender a proposta.

Esta proposta, especificamente, carece de legitimidade, carece de uma forma de coerência e de propósito. Nós não poderemos nunca acompanhar. Obrigado."

(Entretanto reentrou na sala o Vogal Francisco José da Silva Ferreira)

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁷² não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Abril de 2021.

Eram 23:45 horas do dia 30 de Abril de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)